



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA CRISTINA BUENO**

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
FRACASSO DO INDIVÍDUO OU DA SOCIEDADE? UM ESTUDO DE CASO  
NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA**

Salvador  
2009

**ANA CRISTINA BUENO**

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
FRACASSO DO INDIVÍDUO OU DA SOCIEDADE? UM ESTUDO DE CASO  
NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA**

Monografia de final de Curso de Graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de pedagoga.

Orientadora: Prof. Dra. Sandra Maria Marinho Siqueira

Salvador  
2009

**ANA CRISTINA BUENO**

**A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
FRACASSO DO INDIVÍDUO OU DA SOCIEDADE? UM ESTUDO DE CASO  
NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA**

Monografia de final de Curso de  
Graduação em Pedagogia, Faculdade de  
Educação, Universidade Federal da Bahia,  
como requisito para obtenção do título de  
pedagoga

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Sandra Maria Marinho Siqueira - Orientadora**  
Mestre em Educação e Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Doutora em Educação - Universidade Federal do Ceará

---

**José Wellington Marinho de Aragão**  
Mestre em Ciências Sociais – Universidade Federal da Bahia  
Doutor em Educação - Universidade Federal da Bahia

---

**Vera Lúcia Bueno Fartes**  
Mestre em Educação – Universidade Federal da Bahia  
Doutora em Educação - Universidade Federal da Bahia

## DEDICATÓRIA

À

Minha amiga Silene Alencar por me “descobrir” e acreditar no meu potencial.

## AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

A meu esposo e filhos pela renúncia aceita.

À minha família em especial minha mãe, pelo apoio incondicional.

À Dona Marinalva, minha sogra, pelos cuidados dispensados a minha família.

À minha orientadora querida, pela paciência e compreensão.

À Secretaria Municipal de Educação de Dias D'Ávila na pessoa do Sr. Secretário, Francisco Lessa, por ter me possibilitado realizar esta pesquisa.

À todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na minha vida acadêmica.

A Deus, por ter permitido estas e outras pessoas em minha vida e ter me dado força para prosseguir.

Muito obrigada por me ajudarem a construir este sonho.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	8
<b>1. TECENDO O FIO DA HISTÓRIA DO CARÁTER DUAL DA EDUCAÇÃO E SEU REBATIMENTO NO PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR</b>	11
1.1 - Antecedentes históricos da educação na sociedade de classes	11
1.2- A escola na sociedade capitalista	15
<b>2. BASE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO CAPITALISTA TENDO COMO CONSEQUÊNCIA A EVASÃO ESCOLAR.</b>	22
<b>3. A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DESAFIOS E CONTRADIÇÕES</b>	41
<b>4- ANALISANDO A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA</b>	53
4.1- Situando historicamente o município de Dias D'Ávila	53
4.2- A evasão na Educação de Jovens e Adultos, analisando a pesquisa	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	62
<b>REFERENCIAS</b>	65
<b>ANEXOS</b>	68

“A educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

## RESUMO

Este trabalho monográfico pretende colocar em discussão a evasão na Educação de Jovens e Adultos com os seus desafios e contradições. Foi motivado pela inquietação aos altos índices de evasão na EJA no Brasil e a vontade em analisar de quem é a responsabilidade pela a evasão, o próprio educando ou a sociedade? Para a comprovação ou não das hipóteses levantadas foi realizada uma pesquisa durante o ano letivo 2008 com educandos da modalidade no município de Dias D'Ávila. Os autores: Ponce (2000), Beisigel (1973), Schultz (1973), Brandão (1983), Engels (1985), Haddad e Pierrô (2000), Aranha (2006), Bortoloto (2007), Romão (2007), Borges (2008), Ireland (2009), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96, Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos e outros deram embasamento teórico à pesquisa. É composto por quatro capítulos que estão organizados da seguinte forma: o primeiro faz abordagem sobre a dualidade da educação ocorrida ao longo de toda a história da humanidade; o segundo faz um panorama histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O terceiro entra no tema da evasão que é o cerne da questão, fazendo uma discussão sobre: definições, desafios e contradições, procura mostrar as políticas neoliberalistas implementadas no Brasil nos anos 90, e que prejudicou consideravelmente a Educação de Jovens e Adultos. O quarto capítulo é uma explanação sobre a pesquisa realizada e se dispõe primeiro a fazer um breve histórico do município em questão, depois como está estruturada a educação e em seguida faz análise e interpretação dos dados para então chegar as possíveis conclusões.

**Palavras-chave:** evasão escolar, Educação de Jovens e Adultos, desigualdades, exclusão, dualidade .



## INTRODUÇÃO

A evasão na Educação de Jovens e Adultos tem sido preocupante no Brasil, por isso, o objetivo deste trabalho monográfico é discutir essa temática, fazendo uma abordagem sobre as suas causas e conseqüências. Trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos ha quase dez anos no município de Dias D'Ávila e testemunhar os altos índices de evasão ocorridos ao longo dos anos, foi o que motivou a elaboração desta pesquisa. É preciso enfatizar que esta problemática não está restrita apenas ao município em questão, é um fenômeno presente em todo Brasil. O que evidentemente, permite reflexões sobre as razões pelas quais, tem levado estes jovens e adultos a efetivarem matricula, iniciar o curso e no decorrer do ano letivo evadirem sem concluir a referida série. É preciso ressaltar que este comportamento acaba ocorrendo por diversas vezes, repetindo a situação de matricular e evadir por vários anos letivos consecutivos. **Qual será a explicação para índices tão elevados de evasão na Educação de Jovens e Adultos? a quem atribuir a responsabilidade por este fenômeno: ao próprio indivíduo como agentes ativos na produção destes índices ou à sociedade com suas desigualdades, produzindo historicamente uma educação dual?** Para dar respostas a estas inquietações, faz-se necessário colocar o assunto em debate, fomentando uma ampla discussão, para a partir daí, analisar as possíveis soluções.

O trabalho foi elaborado sob o amparo de diversos autores dos quais posso citar: Beisiegel(1973) Schultz(1973), Brandão(1983), Engels(1985), Haddad e Di Pierro(2000), Ponce(2001), Aranha(2006), Bortoloto(2007), Romão(2007), Borges(2008), Ireland(2009), e outros, também foram utilizadas a Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, 9394/96, e a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos(2001). Todos deram contribuição de especial relevância para a análise, construção e conclusão deste trabalho, tanto com subsídios que focalizam o tema da evasão, como em outros aspectos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, como: educação dual, mercado de trabalho, a história da EJA no Brasil, capitalismo e suas contradições, e outros aspectos significantes para o enriquecimento desta discussão e o entendimento conclusivo sobre a evasão.

A pesquisa foi realizada no município de Dias D'Ávila, teve duração de dez meses e envolveu as cinco escolas que ofereceram Educação de Jovens e Adultos

no ano letivo de 2008. Foi apoiada pela Secretaria Municipal de Educação e desenvolvida pela equipe de coordenação da Educação de Jovens e Adultos. Tem caráter qualitativo na medida em que se dá através de entrevista aos educandos em situação de evasão no ano letivo em pauta, porém, visando facilitar a análise e interpretação, após o tratamento dos dados, adquire caráter quantitativo. Está organizada em quatro capítulos que discutem os fatores internos e principalmente externos que levam à problemática da evasão, tema sobre o qual será feita várias abordagens no desenrolar de todo o trabalho.

O primeiro capítulo “Tecendo o fio da história do caráter dual da educação e seu reatamento no problema da evasão” tem por finalidade desenvolver um panorama sobre a dualidade da educação, bem como, o seu caráter classista, desde a Antiguidade até a atualidade, com o capitalismo contemporâneo. Este estudo possibilita confirmar o quanto a organização social contribui terminantemente no processo diversificado de exclusões que tem vivenciado as classes populares em toda a história da humanidade, o que posteriormente e naturalmente vai influenciar na exclusão escolar, que acaba se apresentando em forma de evasão. As desigualdades societárias, trazem como consequência a implantação da modalidade de educação para pessoas adultas não escolarizadas, porém, diante dos problemas sociais vivenciados por esta parcela da população, produzido pela dualidade classista, terminam evadindo da escola e se constitui historicamente como um grave problema, o fenômeno da evasão na Educação de Jovens e Adultos.

O segundo capítulo tem como principal objetivo fazer um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, discorrendo sobre os processos que foram desenvolvidos no Brasil, a partir dos anos 30 do Séc. XX, quando inicia-se os primeiros programas e campanhas de maior amplitude no país, até os dias atuais com as políticas elitistas influenciando na educação pública. O crescimento de iniciativas educativas para contemplar pessoas adultas se deu em atendimento às pressões capitalistas com o desenvolvimento da indústria, e aos órgãos internacionais como Unesco e ONU, que denunciavam ao mundo, a miséria vivenciada pelas populações desfavorecidas, exigindo respostas no combate a estas situações;

Os ideais capitalistas contemporâneos pressionam o sistema educacional a desenvolver políticas focalizadoras onde a maioria dos investimentos são direcionados para beneficiar alunos por faixa etária, determinada pelos seus

interesses voltados para produtividade e busca cada vez mais de lucros, então esta lógica exclui a Educação de Jovens e Adultos dos financiamentos e isso desencadeiam em má qualidade do ensino para a modalidade, bem como, a redução da oferta de vagas, questões tais que são determinantes na evasão. É discutido também neste capítulo a ênfase que sempre foi dada à alfabetização de adultos sem preocupação com a continuidade do processo de escolarização, e também que atualmente além da alfabetização a prioridade tem sido a formação para o trabalho, porém, sem o desenvolvimento pleno do sujeito social, essas políticas acabam sendo excludentes por contemplar um número insignificante de jovens, e por deixar de fora os adultos.

O terceiro capítulo trás como assunto principal a evasão: definição sobre o termo; causas internas como questões estruturais e pedagógicas ocorridas nos sistemas de educação, e principalmente externas, que é onde reside a grande inquietação. Os problemas sociais pelos quais as populações jovens e adultas das classes menos favorecidas sofrem e que desenrola vários tipos de exclusão inclusive a da escola.

O último capítulo trata sobre o município de Dias D'Ávila e a pesquisa realizada com educandos jovens e adultos e utilizada neste trabalho. Inicia-se com o histórico do município, passando a expor sobre como está organizado atualmente o seu sistema educacional, faz análises, interpretações dos dados e enfim as possíveis conclusões.

A forma como se organiza os capítulos teve a intenção de proporcionar ao pesquisador uma leitura “leve” e de fácil compreensão. No desdobramento de todos os capítulos há citações bibliográficas que enriquecem e reforçam as idéias que estão sendo expostas. Este trabalho pretende abrir um campo de pesquisa sobre vários aspectos da evasão na EJA, é necessário lembrar, que a seara é vasta e as pesquisas que ficam pendentes, por certo estão longe de se esgotar, fica uma provocação a outros pesquisadores interessados no tema.

## 1. TECENDO O FIO DA HISTÓRIA DO CARÁTER DUAL DA EDUCAÇÃO E SEU REBATIMENTO NO PROBLEMA DA EVASÃO ESCOLAR

Este capítulo pretende fazer uma abordagem histórica sobre o caráter dual da educação na humanidade assim como mostrar a acentuação dessa dualidade a partir do advento do capitalismo na Idade moderna ao capitalismo contemporâneo. Tecer esta discussão é fundamental para mostrar as implicações causadas pelo capitalismo no fenômeno da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. O capítulo está organizado em dois tópicos: o primeiro “Antecedentes históricos da educação na sociedade de classes” que fará um panorama geral da dualidade educacional vivenciada pelas sociedades que antecederam o capitalismo. O segundo tópico “A escola na sociedade capitalista” será uma exposição do quanto o capitalismo tem contribuído para a acentuação da desigualdade educacional fazendo um contraponto com a evasão escolar que marca toda a história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

### 1.1 - Antecedentes históricos da educação na sociedade de classes

Ao longo de toda história da humanidade, a escola desde o seu surgimento tem sido o reflexo da sociedade, ela é uma instituição social que acompanha ou tenta acompanhar as tendências de uma época, ou seja, o comportamento vigente no contexto político e econômico. Foi assim na antiguidade onde o objetivo da educação era formar o homem da elite dirigente e pensante, Segundo Ponce (2001), para Aristóteles:

A essência do homem residia na sua capacidade de ser cidadão, e como a cidadania era privilégio das classes dirigentes, eis o verdadeiro sentido da celebre expressão do famoso estagirita: “*só é homem o homem das classes dirigentes*”. Formar o homem das classes dirigentes, eis o ideal da educação grega. (PONCE, 2001, p.47)

Portanto os escravos não eram considerados homens, ser cidadão tinha relação direta com riquezas, os ricos mereciam ser educados, aos pobres restavam apenas o trabalho na agricultura numa posição completamente inferior, não sendo considerados como homens, Ponce,(2001) diz: “Segundo o historiador burguês da educação grega Thomas Davidson: a classe abonada considerou que não tinha

outros deveres a não ser o de governar as outras classes e o de cultivar a virtude (aretê)". Essa virtude apesar de ter vários significados implica sempre em qualidade que capacita o homem a governar.

Ainda não havia a instituição escolar, muito menos sistemas organizados, mas os ensinamentos de acordo com as conveniências dos grupos sociais da época, já aconteciam informalmente, os conhecimentos eram passados dos mais velhos para os mais jovens ou por um velho e experiente escravo encarregado em educar e transmitir os costumes da sociedade vigente. Em Esparta, a educação era militar, tendo início aos 7 anos e, a partir daí esta criança era responsabilidade do Estado espartano, que tinha uma instrução rígida, guerreira e não havia nenhuma importância sobre os saberes intelectuais, segundo Ponce (2001):

Instrução no sentido moderno do termo, quase não existia entre os espartanos. Poucos entre os nobres sabiam ler e contar e era tal o desprezo que votavam a tudo que não fossem "virtudes" guerreiras, que os jovens estavam proibidos de se interessarem por qualquer assunto que pudesse distraí-los dos exercícios militares. (PONCE,2001,p.41)

Esse era, segundo este estudioso no assunto, o ideal pedagógico das classes superiores espartanas. Para as classes submetidas, não era permitido nenhuma forma de atividade física que os tornassem fortes e viris. Para que não corresse o risco de se rebelarem. Quando os homens das classes subalternas tornavam-se robustos, estes eram mortos por soldados espartanos para combater qualquer possibilidade de revolta, pois aquela era uma sociedade extremamente desigual, formada por superiores e inferiores para Ponce (2001):

Quando olhamos friamente surge em toda a sua extensão o caráter de classe da educação espartana. Sociedade guerreira, formada a custa do trabalho do *ilota* e do comércio do *perieco*, Esparta se apropriava e vivia às expensas do trabalho alheio. Integralmente dedicado à sua função de dominador e de guerreiro, o espartano nobre não cultivava outro saber que não o das coisas das armas, e não só reservava para si esses conhecimentos, como castigava ferozmente, nas classes oprimidas todo e qualquer intento de compartilhá-lo ou de apropriar-se dele. Mas não contente com acentuar as diferenças de educação segundo as classes, o espartano ainda se esforçava *por manter submissos e embrutecidos os escravos por meio do terror e da embriaguez*. Enquanto por um lado, a educação reforçava o poder dos exploradores, frenava, pelo outro, as massas exploradas. (PONCE,2001,p.42)

Em relação à sociedade Ateniense, esta, apesar de não ter a rigidez de Esparta, também tinha uma preparação para a guerra como ocupação principal. De

acordo com Ponce (2001) “ ‘a virtude’ do homem das classes dirigentes não estava muito distante do ideal guerreiro e brutal dos espartanos.” Porém com o passar do tempo, esses ideais de “virtudes” foram transformando-se por conta da complexidade estrutural que cada vez mais a sociedade ateniense se tornava, e o aumento do número de escravos, que possibilitava maior conforto aos dirigentes Atenas transformou-se em marco das intelectualidades, Ponce (2001) afirma:

Desvinculadas totalmente do trabalho produtivo, essas classes passaram, pouco a pouco, a considerar as atividades alheias à vida prática e às necessidades básicas, *como as verdadeiramente características das classes superiores*. O tempo dedicado a essas ocupações e as próprias ocupações foram qualificados com uma palavra intraduzível – *diagogos* – que significa algo como “ócio elegante”, “jogo nobre”, “repouso distinto” (...)Mas pelo caminho da *teoria* os atenienses logo chegariam à filosofia, à arte e à literatura – tudo isso que eles chamaram Música, porque estava sob os auspícios das musas(...) (PONCE,2001,p.48)

Apesar de não existir a instituição escolar, com todo esse desenvolvimento intelectual em Atenas, diante daquela sociedade cada vez mais desenvolvida e diversa, já começavam a se preocupar com a criação de escola que ensinassem os seus filhos a ler e escrever. Segundo Ponce (2001):

Ao mesmo tempo que este aspecto diagógico da vida foi aumentando de importância para o ateniense nobre, este começou a perceber que seus filhos necessitavam do auxílio de uma nova instituição, que até agora ainda não encontramos: *a escola que ensina a ler e escrever.*” (PONCE,2001,p.49)

Tem início então, o que se pode chamar de embrião da instituição escolar, pois já não se conseguia mais educar de forma oral nem pela imitação dos mais velhos. À medida que a sociedade ia se tornando mais complexas começava-se a perceber a necessidade de novos comportamentos e assim o meio social ia aos poucos sofrendo transformações, urgia a necessidade de enfrentar novos desafios, os homens da época criaram as primeiras escolas que eram independentes, ou seja, não tinham nenhuma intervenção do Estado. Neste modelo, só após os dezoito anos é que este jovem de Atenas passava a usufruir de apoio estatal e foi a partir desta época que os nobres começaram a ter contato com as letras. Com o passar do tempo eclode um processo de lutas, guerras, invasões bárbaras e muita efervescência que dura anos e, passado essa fase o período entendido como Antiguidade chega ao fim, pois a sociedade passou por grandes transformações, um

novo modo de vida se organizou nas cidades que se fecharam em feudos, para protegerem-se de novos invasores. Dá-se início a Idade Média.

Na Idade Média, a instituição que se destacou e passou a fazer parte da classe dominante foi a igreja, esta por muitos séculos comandou a sociedade em todos os aspectos: religioso, político, cultural, econômico etc. A educação da elite era extremamente sistematizada pela igreja, com objetivos de formar o clero, e as classes superiores, já os espaços educativos direcionados para as classes inferiores era informal, buscava – se formar homens de fé, a religiosidade era o foco da educação, portanto, o objetivo era desenvolver mentalidades disciplinadas dóceis fáceis de serem comandadas, para estas não existia uma educação organizada e o princípio pedagógico utilizado era o da assimilação dos dogmas religiosos a fim de explicar comportamentos da realidade assim como a predestinação como condição social de cada um. Ponce (2001) mostra claramente a dualidade que existia na educação deste momento da história da humanidade, quando faz abordagem sobre o privilégio que a educação dava à vida santa e cavalheiresca, destinada aos nobres.

O cavaleiro investido pela Igreja como “bravo e leal”, como “defensor de peregrinos viúvas e órfãos”, o cavaleiro que teria considerado como a maior das humilhações lavar com as suas próprias mãos um pedaço de terra, esse cavaleiro achava extremamente natural assaltar os domínios dos seus adversários, saquear os seus camponeses, roubar o seu gado e fazer alguns prisioneiros de importância para depois obter gordos resgates. (PONCE, 2001, p.92)

No Feudalismo desenrolavam-se guerras entre senhores feudais pela cobiça às riquezas e terras do outro e a para isso ofereciam uma educação especial para os jovens filhos dos senhores, se tornarem cavaleiros, estes também participavam de torneios, nas festas nobres que eram de grande atração na época, ganhavam muitas riquezas como prêmios para os seus senhores. Esta sociedade tinha uma organização social pautada nas relações servis, em que o senhor protegia as classes inferiores que lhe deviam, força de trabalho e fidelidade sendo que, todos deviam fidelidade à Igreja. Esta instituição tinha o poder de comandar o mundo e esse poder fez com que ela estivesse envolvida em todos os aspectos da sociedade, no momento que entrou em decadência com a reforma protestante e o desenvolvimento da ciência, ela criou a contra reforma e para ampliar os seus domínio através das grandes navegações ela conquistou o mundo com as cruzadas.

Foi nessa época que os portugueses chegaram ao Brasil e o transformaram em sua colônia, passando a explorar suas riquezas com o apoio da Companhia de Jesus através da missão jesuítica. Deu-se início a primeira educação formal, através da catequese aos nativos e também aos filhos de colonos o sistema de educação jesuítica durou cerca de 200 anos, e se consolidou ao longo dos anos construindo grandes colégios que constituía um verdadeiro império.

Na Europa ocorriam profundas transformações, na organização social surgia uma nova classe, a burguesia, e esta com os seus ideais de progresso, foi gradativamente ganhando espaço no cenário social europeu, e desenvolvendo novos paradigmas. Com o passar dos anos, décadas e até séculos a sociedade foi sofrendo contínuas transformações e ocorreram mudanças no comportamento social, influenciado por acontecimento como: o advento do comércio; relações de trocas através dos mercadores e posteriormente a criação da moeda; o fortalecimento do comércio; reforma protestante e contra-reforma. Tais fatos marcaram o início de uma nova fase no mundo ocidental, a chamada Idade Moderna.

## **1.2- A escola na sociedade capitalista**

Na Idade Moderna, a razão toma o lugar da emoção, os dogmas trocados pela investigação e, atrelado à ascensão da burguesia; a Revolução Francesa e conseqüentemente à Revolução Industrial; surge o capitalismo, com sua lógica regida pela busca incessante de lucro, então, precisa-se de mais produção e para isso aumenta a busca pela mão-de-obra mais especializada. Vale ressaltar, que não foi fácil para a sociedade aceitar este novo modo de vida, sair de um sistema de manufatura para a Era das máquinas. Muitos movimentos contra a industrialização ocorreram na Europa, um dos mais conhecidos foi o Ludismo – nestes movimentos a classe operária revoltada com o fato das máquinas estarem tomando lugar do homem, se mobilizaram e saíram quebrando máquinas em sinal de protesto, segundo Engels (1985):

*A classe operária começou a se opor à burguesia quando resistiu violentamente à introdução das máquinas, como aconteceu logo no início do movimento industrial. Deste modo, os primeiros inventores (Arkwright e outros) começaram por ser perseguidos e as suas máquinas destruídas: mais tarde deu-se um grande número de revoltas contra as máquinas, que*



se desenrolaram quase exatamente como as revoltas dos impressores da Boêmia em junho de 1844; as oficinas foram demolidas e as máquinas destruídas. Esta forma de oposição, também ela, não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual. Atingido o fim imediato, o poder da sociedade recaía com toda sua violência sobre os recalcitrantes sem defesa e castigava-os como queria, enquanto continuavam a introduzir as máquinas. Era preciso encontrar uma nova forma de oposição.(ENGELS,1985,p.243)

Claro que isso não impediu a ascensão do capitalismo, pois este já havia se consolidado em vários países, o pensamento iluminista já se espalhara pelo mundo ocidental. Comenius apud. BORTOLOTO (2007) defendia uma escola democrática pois a educação é necessária para todos porém um dos principais argumentos deste iluminista, é que o homem é um animal disciplinável e que a educação desenvolve sua racionalidade. É com esta idéia de que só com disciplina o homem é capaz de alcançar seus objetivos, que nasce a Escola Moderna no Séc. XVII. Foi Comenius o responsável por sistematizar o programa de políticas disciplinares da escola. Vigente enquanto instituição que está a serviço da sociedade, a escola teve que se transformar para acompanhar este novo comportamento social, agora ela não mais preparava religiosos, era preciso dentro das novas perspectivas, uma escola que preparasse trabalhadores para formar o proletariado. O foco dela passa a ser a formação de técnicos, como reflexo dessa nova sociedade, passa então a formar trabalhadores: disciplinados, dóceis, ambiciosos por crescimento, inculcando neles a idéia de que alcançariam a ascensão social através do trabalho e da educação isso é um comportamento disseminado pelas idéias iluministas de Comenius. O pensamento liberal nasce com o capitalismo, em seu aspecto escolar, pela primeira vez falou-se de educação sistematizada para a população, pois defendiam escola laica, pública, gratuita, universal, uma escola para todos, claro que por trás destes pensamentos haviam os interesses burgueses de moldar os indivíduos de acordo com a nova ordem. No Brasil a hegemonia da educação jesuítica chega a fim. Os políticos brasileiros influenciados pelas idéias liberais, vendo a necessidade de modificar completamente o modelo de escola que tinha no Brasil, expulsaram os religiosos do país, e passaram a idealizar um novo modelo de escola que apesar de completamente diferente da anterior se mostra tão dualista quanto, segundo Bortoloto(2007):

A educação inspirada no liberalismo, requeria a sua minimização para as massas, pois o ensino servido aos interesses das massas contrariava os

interesses pombalinos. O objetivo era a prosperidade da nação, através de uma educação dual, que privilegiasse uma escola diferenciada para as elites, composta de uma formação diferenciada das massas. Para as massas é destinada a educação mínima, que preparasse o sujeito para o processo de trabalho, ou seja a organização de uma sociedade formada na disciplina do trabalho.(BORTOLOTO, 2007, p.7)

Portanto percebe-se aí as reais intenções das autoridades em relação à grande população. Apesar das ideologias pregarem a implantação de escolas para o trabalho nada foi concretizado, esse período de retrocesso para a história da educação brasileira, por conta de não terem colocado nenhum tipo de educação para substituir a educação jesuítica. Apesar de terem idealizado, não foi cumprido nem essa educação mínima para as massas, já que não existiram nesta época instituições escolares, e sim aulas avulsas. Só a partir da segunda metade do Séc. XIX é que começa a acontecer uma tentativa de sistematização do ensino e a criação de um número maior de escolas, claro que ainda insatisfatório para um território como o do Brasil. Inicia-se o Séc. XX com uma educação tentando se organizar, foi em meio a mobilizações por todo o Brasil que já nos anos 30 fortaleceu-se na educação do Brasil as influências liberais.

As idéias liberalistas chegam ao Brasil tardiamente, no início do Séc. XX, influenciado pelo pensamento do norte americano Jonh Dewey, e a “Escola Nova”. Intelectuais brasileiros se dedicaram a expandir essas idéias no Brasil, e a partir daí desencandeou-se o movimento Escola Nova ou escolanovista brasileiro, com o Manifesto dos Pioneiros em 1932. Anísio Teixeira foi o maior representante deste movimento no Brasil e responsável por trazer as idéias de Dewey, Segundo Borges(2008) para o movimento “Escola Nova”:

O papel da escola é ser um instrumento social, é uma necessidade absoluta para socializar os indivíduos. Quando a indústria saiu do lar a criança perdeu a oportunidade de ter despertada sua inteligência, participação e intencionalidade social, a escola deve ser então a vida social simplificada. A base de todo o método da educação é a experiência direta e a escola deve ser o menos escolástica possível, mais parecida com a vida em situações que provoquem reflexões já que a carência ou a necessidade é mãe de toda a invenção ou conhecimento novo. O ensino artificial é funcionalmente mau pois o interesse real é educação profunda e moral.(BORGES, 2008,p.46)

Os intelectuais escolanovistas desenvolveram novas concepções sobre a escola, entendiam que ela deveria ser o modelo da sociedade vigente, aquele era um momento em que a industrialização estava em ascensão no Brasil, fazia-se

necessário preparar a sociedade para acompanhar as transformações e se adequar às novas tendências sociais. Portanto levantaram uma bandeira em busca de criarem no Brasil a escola para todos, onde as pessoas desenvolveriam os seus potenciais independente de classe social, muitos intelectuais( católicos) foram contra as idéias liberais, pois defendiam a continuidade da escola privada, que por sua vez era comandada por intelectuais católicos.

Durante todo do Séc. XX o Brasil viveu períodos de fechamentos e aberturas políticas, democratização e redemocratização, naquele momento, o movimento escolanovista foi apoiado pelo então presidente da república, Getúlio Vargas, durante a ditadura dos anos 30 esse foi o momento que ele cresceu, em meio ao Estado autoritário. Esse movimento é entendido como adaptação do indivíduo à sociedade, ele desenvolveu teorias voltadas para o ensino tecnicista, uma forma de ensino que aliena o indivíduo, não possibilitando ao mesmo, oportunidades que desenvolvesse o senso crítico, as atividades são pautadas na repetição e reprodução de conhecimento, sem desenvolver o lado humano do aluno, e por isso mesmo foi aceito por Getulio Vargas em um momento de ditadura. O tecnicismo é um aspecto da Escola Nova, entendido como negativo exatamente por esse processo de alienação Bortoloto (2007)

As reformas propostas na era Vargas, tinham o objetivo de usar a educação para atender a demanda do Sistema Capitalista. Getúlio impôs a centralização do ensino, para melhor controlá-lo, e permitia que fosse passado aos alunos não um ensino crítico e voltado para o crescimento intelectual e humano, mas sim um ensino tecnicista, servindo para o desenvolvimento do Capitalismo, pois tinha medo que as massas fossem orientadas politicamente.(BORTOLOTO,2007, p.8).

Passado este momento de fechamento viveu-se um período de redemocratização no Brasil então, a educação vivenciou uma efervescência em termos de mobilizações, buscando com isso democratizar a educação de jovens e adultos. Passa-se a entender a necessidade em politizar o estudante adulto, para que possa participar ativamente na sociedade. Em 1961 é criada a primeira LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024/61, vale ressaltar que as discussões para a concretização desta lei não foram poucas, duraram décadas, discutiam-se desde o final dos anos 30. Esta lei apesar de ter ampliado o ensino regular para oito anos não houve a ampliação dos recursos, outro ponto criticado é que ela lei contempla financiamento para ensino privado motivo pelo qual

desqualifica o ensino público que já é precário. Portanto a educação vive momentos de muitas contradições, enquanto os diversos segmentos da sociedade promovem grande mobilização em prol de melhorar a educação, principalmente a de jovens e adultos, a lei vai de encontro às tendências e mais uma vez privilegia a elite, dando apoio a iniciativa privada. Em 1964 mais um processo de fechamento com o golpe militar a educação estagna-se. As campanhas de educação de adultos promovidas pelos diversos segmentos são abafadas e a educação mais uma vez vive um momento negativo de retrocesso e estagnação. Final de anos 60 é lançado o MOBRAL que teve o objetivo mais de servir como ferramenta de controle, a serviço dos militares do que propriamente erradicar o analfabetismo.

Na década de 70 houve a democratização do ensino público no Brasil pois antes desta década apesar de ter acontecido vários movimentos a favor da ampliação ainda não havia uma concretização mais sólida, às classes populares quase não tinham acesso ao ensino público, pois não haviam escolas suficientes para comportar um contingente tão alto de estudantes, e nem professores para lecionar, era preciso uma revolução nestes aspectos, construção de escolas e formação de professores. Com a democratização do ensino foi viabilizado a construção de muitas escolas por todo o Brasil, um número de pessoas muito grande tiveram acesso à educação, isso ocasionou uma queda considerável na qualidade da educação pública, os custos eram altíssimos, professores sem formação adequada, escolas mal estruturadas, no momento que o ensino é direcionado a todos, a qualidade cai, a iniciativa privada cresce, e a classe média migra para as escolas privadas. Então temos mais uma vez uma educação dual, como sempre foi na história da humanidade, a escola das massas, que prepara o trabalhador para ser dominado, passa a ser a pública, e a escola privada da elite que prepara para dominar a grande massa.

Nessa mesma década com esta onda de ascensão da escola pública, estava em foco idéias de Theodore Schultz, que reforçava a necessidade de expansão da educação quando pregava a ascensão dos estudos como pressupostos para que se pudessem ter emprego e conseqüente ascensão social, este tipo de pensamento, deu origem à chamada “Teoria do Capital Humano” segundo Schultz:

O esclarecimento do conceito de capital humano e a sua identificação mobilizaram as coisas para uma especificação mais completa de mensuração e acumulação de capital moderno. Fez também, com que nos

tornássemos mais conscientes das mudanças que se registraram na qualidade do capital material. Desta forma, o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital. Uma vez neste caminho, pode-se ter a possibilidade de transformar a maioria, se não todos os elementos, da chamada *mudança técnica* em forma de capital até o presente omitida da contabilização de capital. (SCHULTZ,1973,p.131)

Após esse período observou-se que a “Teoria do Capital Humano” não tinha consistência, pois apesar do crescimento na escolarização da população passou a viver-se uma contradição a miséria aumentou os índices de desemprego cresce a cada dia, aumentando assim a pobreza que fez surgir mais uma classe social: a dos miseráveis ( pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza). Esse resultado contrariando as perspectivas da TCH-Teoria do Capital Humano, ocorreu, em virtude da revolução tecnológica, a vida útil de equipamentos tecnológicos é muito pequena, pois estão sempre desenvolvendo novos modelos e em pouco tempo ficam obsoletos obrigando a troca, então temos, tecnologia x capitalismo x consumismo. É preciso consumir para que se tenha lucro, é preciso criar algo novo para que haja a troca. A lógica capitalista hoje é perversa e regida pela busca exacerbada de lucros, o fenômeno econômico da globalização teve como consequência a abertura de mercado ao mundo e por isso o consumismo cresceu.

Arelado a esta situação econômica acontecem os avanços tecnológicos a presença do computador e o advento da internet, o que contribui terminantemente para a caracterização deste mundo contemporâneo como “sociedade da informação” e “sociedade do consumismo”. Por outro lado já não há mais investimentos em novos postos de empregos, o regime atual é da *acumulação flexível*, em que compra-se ações nas bolsas de valores, e este capital vai girando em benefício apenas dos detentores das ações, enquanto isso a desigualdade cresce e é cruel com as populações menos favorecidas que conseqüentemente vivenciam as piores situações de miséria, constituindo aí uma contradição incentiva-se o consumismo com a produção e /ou substituição exacerbada de bens capitais e consumo e ao mesmo tempo produzem os altos índices de desemprego.

Mas uma vez a escola necessita se adequar a novo modelo de sociedade, o capitalismo contemporâneo, com todas suas transformações e contradições. Porém ela ainda não mudou, não é atrativa, continua pautada em métodos tradicionais, tornado-a cansativa. Diante de um mundo cheio de atrativos tecnológicos, os alunos não vêm sentido em frequentar a sala de aula, evadem da escola, tem freqüência

irregular, estando fadado ao processo de multirepetências, então temos aí candidatos em potencial, à Educação de Jovens e Adultos alguns anos depois.

Desde os primórdios, a educação em seu sentido amplo, comparece na sociedade como um importante complexo social, na medida em que este complexo se institucionaliza, passa a refletir a forma de organização societária, ou seja, com a instauração da propriedade privada e suas conseqüências nos aspectos: econômico, social, político e cultural, os modelos de educação vigente em todas as sociedades atenderam às classes dominantes. Como se observa ao longo do desenvolvimento da História da educação da antiguidade até o capitalismo contemporâneo a escola tem tido um caráter classista, isto por si só, expressa os “germes” da problemática da evasão escolar, na medida que tardiamente as classes dominadas tiveram acesso à escolarização, portanto a gênese da evasão escolar se encontra na base material das sociedades classistas, historicamente o acesso aos processos de escolarização se endereçavam às classes dominantes cujo objetivo precípua era a formação de uma elite intelectual para a manutenção da estrutura sócio-econômica e social.

Assim como aconteceu no mundo, no Brasil não foi diferente, sua história já começa com um registro de evasão de jovens e adultos, o que marcou a educação dual oferecida para as massas populares e a exclusão social em diversos aspectos demonstrando o descaso com a educação popular e conseqüentemente a evasão escolar, sobretudo a de jovens e adultos a partir do Séc. XX.

## **2. BASE HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL, COMO EXPRESSÃO DA EXCLUSÃO CAPITALISTA TENDO COMO CONSEQUÊNCIA A EVASÃO ESCOLAR.**

É entendida como Educação de Jovens e Adultos, o modelo de educação oferecido às pessoas jovens e adultas que não tiveram a oportunidade de concluir a escolarização no tempo regular, ou seja, na idade adequada, pessoas que na maioria dos casos tiveram uma entrada precoce no mundo do trabalho e tardia no mundo da educação formal. Por diversas razões relativas a aspectos sócio, econômico, cultural ou político, estas pessoas ou nunca tiveram acesso à escolarização, sendo que, atualmente esse número quase não existe, quase todos em algum momento de suas vidas iniciaram o processo da educação formal, que foi interrompido durante o percurso. Vale ressaltar, que a modalidade Educação de Jovens e Adultos com a perspectiva de escolarização básica, só é percebida nos países subdesenvolvidos ou países emergentes, onde estão presentes problemáticas que geram a miséria.

A educação de adultos teve início no Brasil desde a chegada dos portugueses, quando vieram os jesuítas e implantaram organizaram uma educação para ser aplicada aos nativos. Estes tinham dois interesses principais o primeiro era religioso, a conversão dos índios ao catolicismo e o segundo era político (a serviço da Coroa Portuguesa) que tinha a intenção de frear, domar a população nativa a fim de que aceitassem a dominação facilmente. Eles implantaram no Brasil, um processo de educação que durou quase duzentos anos, segundo Haddad e Di Pierro(2000): “A ação educativa junto a adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária grande parte com adultos.” Com características dual é claro, pois tinham um modelo de educação para a elite, e outra para os nativos, à primeira oferecia uma educação sistematizada, complexa, baseada na Ratio Studiorum, objetivando formar a classe dominante ou melhor, dominadora, pois dominante mesmo naquela época no Brasil, eram os índios, os portugueses aqui eram dominadores, jesuítas educavam os seus filhos para a manutenção desta dominação, a segunda, era a educação dispensada aos nativos, com objetivos de dominarem religiosamente através da imposição catequética e politicamente através de imposição da cultura

européia,. Um dos principais objetivos políticos dos jesuítas, era transformar os nativos em pessoas disciplinadas e dóceis, tanto para facilitar a conversão religiosa, como para transforma-los em escravos dos interesses Portugueses. Educar estes índios adultos não foi fácil e logo vencidos pelo cansaço os jesuítas desistiram de investir nos adultos e passaram a educar os filhos dos índios pois com a educação dos curumins os resultados viriam a longo prazo, mas era ação garantida, eles já cresceriam conhecendo essa nova cultura, “invasora”, quando adultos já estariam aculturados, de acordo com o objetivo dos colonizadores, tanto dos religiosos (a igreja), como da coroa Portuguesa. E assim séculos se passaram, um sistema de educação foi criado, muitos colégios foram construídos em vários estados, mas, com a população adulta já excluída do processo. Em meados do Séc. XVIII, acontece a Reforma Pombalina que desencadeia na expulsão dos jesuítas do país, desfaz-se o sistema de educação jesuítica, porém, de uma maneira geral, não houve substituição do ensino jesuíta por nenhum outro. Por mais de um século, o Brasil ficou órfão de um sistema de educação organizado, mantendo uma forma descentralizada de educação, com aulas avulsas, aulas régias que ocorriam isoladamente nas casas dos professores, se passou quase um século. Quanto a educação de adultos, só voltou a ser mencionada no período do império com a primeira Constituição brasileira, mesmo assim, a iniciativa não passou de documentos, ou seja, ficou apenas no papel. Segundo Haddad e Di Pierro (2000):

No campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira, de 1824, firmou sob forte influência européia, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também os adultos. Pouco ou quase nada foi realizado neste sentido durante todo o período imperial.(HADDAD e DI PIERRO,2000,p.109)

Com uma educação ainda desorganizada, mesmo tendo existido intenções legais em implantar uma escola para todos, estavam longe de realizar-se, principalmente, depois do Ato Adicional de 1834, que declaradamente mantém a dualidade da educação. Este ato delega ao governo imperial a educação da elite, um número quase insignificante. Às províncias cabiam a educação básica, portanto, instâncias com menores recursos ficam responsável pela maioria esmagadora da população carente de educação e por mais que tentassem, pouco foi realizado tanto no ensino de adultos, como de crianças e adolescentes, de forma que em 1890 dos 14 milhões aproximadamente, de crianças do Brasil, apenas 250 mil foram atendidas



no sistema de ensino. O império chega ao fim com 82% de analfabetismo das crianças maiores de 5 anos.

Final do Império, início da república e a dualidade continua. De acordo com a nova Constituição, primeira da república, em 1891, a obrigação do ensino elementar continua a cargo de províncias e municípios enquanto que a União fica responsável pelo ensino secundário e superior, esta lei também exclui os adultos analfabetos do direito ao voto, com isso as decisões políticas seriam privilégio de uma pequena minoria letrada, ficando de fora a grande camada marginalizada da população. Chega-se em 1920 ainda com uma população de 72% das crianças acima de 5 anos analfabetas.

Um sistema de educação que contemplasse a educação de adultos só veio a ser idealizado no Brasil, nos anos 30 do século XX. Vale ressaltar, que foi neste momento que um grupo de intelectuais se mobilizaram na luta por uma escola pública, gratuita e para todos e, influenciados pela Escola Nova de John Dewey nos EUA escreveram o Manifesto dos Pioneiros, que propunha a implantação dessa educação tão sonhada, como solução para os problemas sociais do Brasil. Deu-se início oficialmente, ao movimento escolanovista brasileiro. A Constituição de 1934 propôs pela primeira vez um Plano Nacional de Educação, porém efetivamente só aconteceu na década de 40. Nesta década, pela primeira vez a educação de adultos foi tratada de forma especial e particular, houve a preocupação em alfabetizar a população adulta e entendeu-se o analfabetismo como um problema a ser resolvido no país.

O período de redemocratização foi muito mobilizado, com o fim da ditadura de Vargas, da 2ª guerra mundial e a criação da ONU - Organização das Nações Unidas, esta pedia urgência na busca pela paz, democracia e a integração dos povos, a UNESCO foi criada em 45 e denunciava as desigualdades mundiais alertando para o papel da educação, principalmente de adultos, nesta questão, a educação de adultos foi bastante beneficiada pois neste momento, houve a ampliação da oferta de ensino para este segmento da sociedade. Era um momento em que, a sociedade brasileira passava por transformações, aumentando a concentração da população nas grandes cidades em virtude do processo de industrialização.

É diante dessas circunstâncias: pressões internacionais e capitalistas (industriais) para a formação de mão-de-obra que se organiza a Educação de

adultos no Brasil. Já aí percebe-se a relação da modalidade com a questão trabalhista. Em 1947 foi lançada a Campanha de Educação de Adultos, e instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) este departamento era de âmbito nacional. Este foi o primeiro grande movimento de ação educativa sistematizada para a adultos no Brasil, e denominou-se também como Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos- (CEAA) a primeira que conseguiu sair do papel e deu uma contribuição significativa, pois criou infra-estrutura nos estados e municípios para atender a Educação de Jovens e Adultos. Em 1952 foi organizada a Campanha Nacional de Educação Rural e em 1958, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, a campanha tinha o objetivo de desenvolver uma ação extensiva e previa, uma alfabetização no período de três meses e o primário em dois períodos de sete meses. Segundo a Proposta Curricular(2001):

Nesse período a educação de adultos define sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional de massa, a Campanha de Educação de Adultos, lançada em 1947. Pretendia –se, numa primeira etapa, uma ação extensiva que previa a alfabetização em três meses, e mais a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Depois seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. (PROPOSTA CURRICULAR 1º segmento, 2001,p.20)

As intenções foram as melhores possíveis, era preciso melhorar a situação escolar do povo brasileiro, inclusive ampliando a oferta a outras regiões brasileiras. Foram criadas várias escolas, houve diversas mobilizações de setores públicos e privados em busca de alcançar resultados positivos, o ensino supletivo também foi criado para acelerar o processo de escolarização, vale ressaltar, que toda essa mobilização.

Tinha os objetivos principais de formar a classe proletariada no Brasil se justificar aos organismos internacionais em relação ao analfabetismo, não havia uma preocupação mais séria em educar a massa no sentido pleno da educação, oferecer uma educação integral, e agora o interesse capitalista e órgãos internacionais pressionava autoridades brasileiras da época, urgia a formação das massas populares para aumentar o capital da classe dominante. Mas esse movimento intenso perdeu o ritmo na década de 50 e apesar da rede supletiva ter sobrevivido em alguns estados e municípios, a campanha se extinguiu ainda nesta década. A referida Campanha de Educação de Adultos desenvolveu um campo teórico-

pedagógico sobre o analfabetismo, que via o adulto analfabeto como incapaz de pensar, improdutivo, comparando-o a uma criança. Segundo a Proposta Curricular de Educação para Jovens e Adultos (2001) concebia-se o analfabetismo como a causa da situação econômica, social e cultural do país. Por ter sofrido duras críticas de intelectuais da época, no final da década de 50 houve movimentos contra a Campanha de Educação de Adultos, fazendo diversas denúncias dentre elas a superficialidade e os métodos utilizados na referida campanha. A visão teórica anterior foi modificada e o preconceito, em relação ao analfabeto, foi superado com a contribuição de teorias modernas da psicologia em que desmentiam as antigas afirmações. Lourenço Filho, escolanovista, defensor de uma escola pública para todos, ainda em 1945 escreveu um artigo baseado em estudos da psicologia experimental dos Estados Unidos para desmentir a teoria anterior. Toda essa crise deu margem a um novo pensamento pedagógico, e o professor Paulo Freire foi o grande precursor, deste novo paradigma da Educação de Adultos inspirou e inspira até os dias atuais, os principais programas de alfabetização de adultos do Brasil.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico ficou célebre “a leitura do mundo precede à leitura da palavra”. Prescindindo da utilização de cartilhas, desenvolveu um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como método Paulo Freire. (PROPOSTA CURRICULAR, 2001, p.24)

Paulo Freire trazia um pensamento que se tornou marcante para a história da Educação de adultos no país e até no mundo, isso porque ele ficou conhecido no mundo através desta teoria. Ela é voltada para a Educação popular, defende que a escola deve considerar o saber que os adultos já trazem na sua história de vida, agora, o educando adulto é considerado como detentor de um saber, o saber popular, as experiências e trajetórias vivenciadas em seu cotidiano. Paulo Freire com sua teoria de caráter progressista libertadora, defende a aproximação educador – educando, propõe que a escola deixe o caráter formal e procure entender a realidade contextual de cada escola, ou educando. O que há de mais importante dessa teoria é a conscientização dos educandos adultos em relação ao seu papel político na sociedade, é como desvendar, tirá-los de um estado de ignorância e mostrá-los que, o saber que trazem do seu cotidiano tem importância e que podem

contribuir com o crescimento da sociedade, são capazes de buscar transformações sociais.

No início dos anos 60 o modelo foi aplicado e ocorreu uma grande mobilização em prol da educação de adultos, desse movimento participaram: intelectuais, estudantes e católicos engajados na busca de minimizar o analfabetismo no Brasil, esse foi um momento muito importante na história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e como não dizer foi o mais importante.

Os segmentos sociais acima citados estavam organizados nos seguintes movimentos: o MEB – Movimento de Educação de Base, ligado à CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; os CPCs – Centros de Cultura Popular, organizados pela UNE- União Nacional dos Estudantes; os MCPs – Movimentos de Cultura Popular formado por artistas e intelectuais com apoio de administrações municipais. Esses importantes grupos pressionaram o governo à apoiar o movimento ampliando-o para toda a nação, então, em janeiro de 1964 foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que previa a ampliação para todo o Brasil, de uma educação com modelo da proposta do educador Paulo Freire, houve uma efervescência: estudantes, sindicatos, igreja, e outros grupos engajados nessa mobilização pela educação que acabou sendo interrompida com o golpe militar. Haddad e Di Pierro (2000):

O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes perseguidos, seus ideais censurados. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido e desmantelado, seus dirigentes presos e os materiais apreendidos. (...) as lideranças estudantis e os professores universitários que estiveram presentes nas diversas práticas foram cassados nos seus direitos políticos ou tolhidos no exercício de suas funções. A repressão foi a resposta do Estado autoritário à atuação daqueles programas de educação de adultos cujas ações de natureza política contrariava os interesses impostos pelo golpe militar. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.111)

Esse movimento pela educação foi entendido pelos militares como uma ameaça à ordem social, portanto tratou logo de reprimi-lo, passaram-se anos, a sociedade civil solicitando a alfabetização de adultos. O governo militar tentou efetivar programas menores e conservadores, que de alguma forma os apoiavam. Um dos principais foi a Cruzada de Ação Básica (ABC) este nasceu em Recife e ganhou caráter nacional, tentava substituir os movimentos populares anteriores, era dirigido por evangélicos norte-americanos e tinha um caráter assistencialista, chegou a distribuir cestas

básicas aos educandos na tentativa de evitar a evasão, muito criticado pela forma como era conduzido foi aos poucos se extinguindo.

Para dar resposta às solicitações da sociedade civil em 1967 o governo lança o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização com a intenção de desenvolver práticas de alfabetização que não fossem de encontro aos ideais militares isso minimizou as práticas que reafirmavam os interesses populares, foi efetivado a partir de 1970 expandindo-se por todo o território brasileiro, tinha a metodologia que considerava o saber e as experiências dos educandos, porém desenvolver um pensamento crítico não fazia parte do processo, os alunos não eram incentivados a fazer nenhuma crítica, o programa tinha a supervisão e coordenação pedagógicas bem como a confecção do material didático centralizados para que houvesse o máximo de controle por parte dos políticos militares, uma espécie de ferramenta de fiscalização assim os militares ficariam sabendo como estavam os comportamentos das pessoas nos municípios do interior do país segundo Paiva apud. Haddad e Di Pierro (2000):

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que esta se estreitava junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna.(PAIVA,1982,p.99)

Muitos foram os problemas que ocorreram na operacionalização deste programa como por exemplo: despreparo de alfabetizadores; dificuldade com as condições materiais objetivas para a implementação de práticas educacionais em consonância com as realidades dos sujeitos envolvidos; a demora entre o lançamento do programa e sua real efetivação; demora na chegada do material didático; material didático desconectado com a realidade dos educandos; infantilização do adulto; metodologias inadequadas à modalidade; a burocracia financeira que não agilizava a descentralização dos recursos para a operacionalização da proposta curricular; descontentamento de alfabetizadores; curto tempo para que se efetivasse o processo de alfabetização. Todos esses problemas de ordem organizacional, causou um alto índice de evasão dos educandos, e assim estava fadado ao fracasso de acordo com Haddad e Pierro (2000):

O MOBRAL foi criticado pelo pouco tempo destinado à alfabetização e pelos critérios, empregados na verificação da aprendizagem. Mencionava-se que, para evitar a regressão, seria necessária uma continuidade dos estudos em educação escolar integrada, e não em programas voltados a outros tipos de interesses como por exemplo, formação rápida de recursos humanos. Criticava-se também o paralelismo da gestão e do financiamento do MOBRAL em relação ao Departamento de Ensino Supletivo e ao orçamento do MEC. Punha-se em dúvida ainda a confiabilidade dos indicadores produzidos pelo MOBRAL.(HADDAD e PIERRO, 2000, p.14)

Diante de tantas insatisfações, o programa foi severamente criticado nos meios educacionais e políticos do país e acabou sendo extinto em 1985. Para ocupar o lugar do MOBRAL criou-se à Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – Educar. que passou a apoiar as iniciativas do governo, entidades civis e empresas conveniadas. A partir desse período houve a consolidação da educação popular, conscientizadora, pautada no pensamento de Paulo Freire. Diante das críticas sofridas pelos programas e campanhas anteriores, surge novas perspectivas sobre os modelos de alfabetização, viu-se a necessidade de ampliar o tempo dos cursos, e também à de dar continuidade ao processo educacional: alfabetização, pós-alfabetização e ampliação para outras séries. A Fundação educar foi extinta em março de 1990 pelo então presidente Collor de Mello, essa extinção causou um impacto nos órgãos públicos, entidades civis e outras pois ficaram prejudicadas em relação aos recursos que contavam para que acontecesse implementação de projetos de educação de adultos. De acordo com Haddad e Pierro (2000):

A extinção da Educar surpreendeu os órgãos públicos, as entidades civis e outras instituições conveniadas, que a partir daquele momento tiveram que arcar sozinhas com a responsabilidade pelas atividades educativas anteriormente mantidas por convênios com a Fundação. A medida representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, pois embora não tenha sido negociada entre as esferas de governo, representou a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios.(HADDAD e PIERRO, 2000,p.121)

Os anos noventa foi uma década de retrocessos para a Educação de Jovens e Adultos, após a extinção da Fundação Educar não houve mais programa com

sólida implementação. Na tentativa de preencher o vazio deixado pela Fundação Educar, foi anunciado um Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania mas este, apesar das boas intenções e até ter chegado a desenvolver algumas ações isoladas, foi extinto ainda na mesma gestão, já sob o comando do presidente Itamar Franco, Vice presidente que sucedeu Collor em virtude do seu impedimento de prosseguir o mandato. Sérgio Haddad, em 1992, faz uma abordagem sobre as políticas desenvolvidas até então, momento em relação na Educação de Adultos e deixa claro algumas características que dão um caráter histórico de inconsistência desses programas, estas afirmativas reforçam as inquietações colocadas neste trabalho, e deixam claro as contradições ocorridas ao longo de toda a história da Educação de Adultos. segundo ele:

Realizam-se campanhas, programas voltados ao desenvolvimento comunitário, ginásios noturnos, sistemas nacionais de EDA, MOBREAL e Ensino Supletivo, enfim, uma série de iniciativas que refletem esta preocupação. As principais características destas políticas foram a reduzida amplitude no atendimento, o baixo rendimento com altas taxas de evasão e repetência, a diversidade de ações e a falta de continuidade dos programas e projetos. Nos últimos anos, apesar da abrangência formal que figurou nas legislações,(...) tem ocorrido de maneira contraditória, um movimento de retração da atuação dos setores públicos. (HADDAD,1992,p.8)

Inicia-se o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e neste momento as políticas neoliberais iniciadas no governo anterior se concretizaram. No aspecto educacional entra em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, que após anos de discussões no congresso nacional é aprovada ou sancionada? Vale ressaltar que essa lei foi aprovada após vários vetos em relação ao projeto original, ela deixa várias brechas para que permitam o descumprimento sem qualquer punição. E desta forma não aconteça de fato uma educação de qualidade no Brasil, em relação à Educação de Jovens e Adultos ela consta apenas de dois suscintos artigos que evidenciam um caráter de desqualificação do ensino nesta modalidade sem enfatizar desenvolvimento de melhorias para a modalidade. É criado também no mesmo ano o Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, através da Emenda 14/96, com este fundo a Educação de Jovens e Adultos foi bastante prejudicada, já que o programa focalizava apenas o Ensino Fundamental no atendimento de crianças e adolescentes, não contemplava o

público jovem e adulto. Vale ressaltar, que o congresso havia incluído no projeto a oferta aos adultos como beneficiários do Fundef, mas o então presidente, Fernando Henrique Cardoso vetou o dispositivo da Lei 9424/96 que incluía a modalidade ao referido fundo. Segundo Haddad e Di Pierro (2000):

Embora tenha sido aprovado por unanimidade do Congresso, a Lei 9.424/96 recebeu vetos do presidente, um dos quais impediu que as matrículas registradas no ensino fundamental presencial de jovens e adultos fossem computadas para efeito dos cálculos dos fundos, medida que (...) desestimulou o setor público a expandir o ensino fundamental de jovens e adultos. (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.15)

O veto a esta Lei, deixou a Educação de Jovens e Adultos completamente vulnerável e descoberta e a mercê de verbas dos municípios porém estes não conseguiriam promover uma educação de qualidade aos adultos, pois as verbas municipais são insuficientes para arcar com um investimento tão expressivo, então o que ocorre a partir daí é a precarização total do ensino de adultos com a redução da oferta de vagas através do fechamento das escolas no noturno, fato esse que ocorreu em municípios de todo o Brasil e tem como conseqüência, o esvaziamento da educação de adultos no cenário educacional brasileiro. Basta uma pesquisa nos órgãos estatísticos educacionais relacionando a oferta de vagas aos adultos antes da lei que excluiu a Educação de Jovens e Adultos do financiamento, e alguns anos depois para se perceber a redução drástica da oferta que ocorreu em todo o Brasil após a implantação da referida lei. Diante dos problemas evidenciados neste parágrafo pode-se afirmar que contribuíram terminantemente para a acentuação do problema da evasão dos alunos jovens e adultos da escola.

O mesmo presidente vetou também, no ano seguinte o projeto de Lei nº 107, que propunha a criação do programa empresarial de alfabetização de adultos para empresas públicas e privadas com mais de cem empregados. Esse programa foi proposto pelo então deputado Jackson Pereira (PSDB/CE), nele as empresas arcariam com as despesas, o poder público se responsabilizaria pelo treinamento e acompanhamento dos monitores nos processos pedagógicos.

Com todos estes acontecimentos negativos em relação à Educação de Jovens e Adultos, só restou aos estados, municípios e sociedade civil, Organizações não-governamentais e sistema "S"(Sesi, Senai, Sesc, Senac entre outros), assumirem a responsabilidade pela Educação de Jovens e Adultos, tanto na



alfabetização como outros níveis de formação como a básica e para o trabalho. os jovens. Ao final dos anos 90 o Ministério da Educação não organizou nenhum programa voltado para a minimização do analfabetismo, o governo federal neste momento recuou no exercício de suas funções na promoção da alfabetização de jovens e adultos, só a partir da segunda metade dos anos 90 através da pressão dos vários segmentos sociais referidos e em parceria com boa parcela da sociedade civil, foram criados três programas para Educação de Jovens e Adultos: Programa Alfabetização Solidária - PAS; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; que visava alfabetizar os jovens e adultos dos acampamentos, pertencentes ao Movimento Sem Terra - MST e o Programa de Formação e Qualificação Profissional – PLANFOR, com o objetivo de oferecer formação educacional e profissional aos jovens e adultos principalmente das grandes cidades. Cabe mais uma vez ressaltar que apesar de ter sido idealizado pelo Ministério da Educação, foi coordenado pelo Conselho da Comunidade Solidária, órgão que desenvolve ações sociais de combate à pobreza, houve investimento de alguma verba federal porém esses programas foram mantidos majoritariamente com verbas privadas. Um dos principais destes programas e que mais se ampliou pelo Brasil contemplando maior número de agentes foi o Programa de Alfabetização Solidária – PAS.

O Programa de Alfabetização Solidária – PAS foi criado em 1996, organizado através de esforços de vários segmentos do poder público e privado juntamente com as Instituições de Ensino Superior, teve o objetivo de disseminar uma campanha de solidariedade por todo o país, com a prioridade na alfabetização inicial de jovens e adultos. A alfabetização deveria acontecer em cinco meses, com carga horária 240h/a. Foi desenvolvido nas periferias das grandes cidades, onde ocorrem os maiores índices de analfabetismo e as primeiras regiões contempladas com o programa foram Norte e Nordeste. Posteriormente com o apoio do Ministério de Educação, empresas, doadores individuais, o programa se ampliou por quase todas as unidades federativas. Este também sofreu os mesmos problemas estruturais e operacionais acontecidos no Mobral tipo, demora de chegada de material didático, espaço de tempo grande entre a data do lançamento e o início das aulas, insatisfação de alfabetizadores e principalmente o tempo muito curto estes fatores que acabam sendo responsáveis pelo grande número de educandos que evadem,

portanto a evasão está aí outra vez presente, o fracasso deste programa já era prenunciado por Haddad e Di Pierro(2000):

A coordenação afirma que nos três primeiros anos de funcionamento o PAS chegou a 866 municípios e atendeu 776 mil alunos, dos quais menos de um quinto adquiriu a capacidade de ler e escrever pequenos textos, resultado previsto pelas universidades ao tempo demasiadamente curto previsto para a alfabetização. Manejando um conceito operacional de alfabetismo muito estreito o PAS corre o risco de redundar em mais uma campanha fracassada, (grifo meu), de alfabetização se não conseguir assegurar que os egressos tenham oportunidades de prosseguir estudos nas redes públicas de ensino, o que é dificultado pela orientação da política educacional mais geral que direciona e focaliza os recursos somente para o ensino de crianças e adolescentes.(HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.14)

Estas inquietações de Haddad se confirmaram e pelo amplitude do programa os resultados obtidos foram insignificantes e o fracasso foi uma realidade, por todas as questões estruturais já evidenciadas. Outro programa que foi criado nesta época foi o PRONERA com problemática bastante peculiar aos programas citados anteriormente este só não foi pior, por causa do compromisso político dos alfabetizadores que faziam parte dos movimentos.

PRONERA – criado em 1997 com o objetivo principal alfabetizar assentados no meio rural teve duração de 400h/a, vinculado ao Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), em parcerias com as superintendências regionais. Coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Foi estruturado a partir de articulação entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra(MST) e posteriormente pela confederação dos trabalhadores da agricultura(Contag). O alvo deste programa foi os trabalhadores rurais assentados não-analfabetizados. Todos os problemas citados relativos aos programas anteriores foram enfrentados por este, entretanto, nada obsta dizer, que as turmas de alfabetização assumidas pelos militantes do Movimento dos Sem Terra, tiveram resultados satisfatório em meio a todas as adversidades de natureza objetiva, já elucidada em outros programas no texto segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.15): “Mesmo sem dispor de fonte estável de financiamento, o PRONERA vem subsistindo aos riscos de descontinuidade: em 1999 chegou a 55 mil alfabetizando e pelo menos 2.5 mil monitores nas 27 unidades da Federação” isso comprova que o programa sobreviveu muito mais pelos esforços dos alfabetizadores do que por estrutura em si. O compromisso político desses alfabetizadores, fez com que os

mesmos compreendessem a importância da educação na luta organizativa do movimento, o contrário aconteceu com alfabetizadores que não tinham vínculo com o movimento, estes cediam mais facilmente às pressões advindas da operacionalização do programa e na maioria das vezes desistiam tanto pela demora em se iniciar as aulas como por insatisfação com a parte financeira (demora para receber dinheiro) se o alfabetizador desiste, esses fatores contribuí consideravelmente na evasão dos alfabetizandos, então percebe-se que em todos os programas aconteceu evasão em massa, ela se constitui um grande obstáculo no caminho da educação de adultos. Outro programa que foi implantado no mesmo período foi o Planfor, este vivenciou a evasão na medida que os alunos matriculados e que não tinham sido bem alfabetizados sofreram várias dificuldades em assimilar os conhecimentos técnicos ensinados, portanto, constrangidos preferiam evadir dos cursos.

Planfor – Este programa teve seu principal objetivo na qualificação técnica e escolarização básica de jovens e adultos trabalhadores. Foi coordenado pelas Secretarias de Trabalho Emprego e Renda, financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT. Teve sua operacionalização descentralizada, e o apoio de muitas entidades parceiras englobando público, privado, Organizações não-governamentais - ONGs, sindicatos patronais e de trabalhadores; instituições do sistema “S” (Sesi, Senai, Senac,); fundações, universidades e instituições de pesquisas. Este também sofreu alguns impasses, pois apesar de milhares de educandos terem tido acesso ao curso de habilidade básicas, o baixo nível de escolarização acabou excluindo-os do mercado formal de trabalho. Haddad e Pierro(2001,p.15) abordam: “Entre 1996 e 1998 quase 60% dos cinco milhões de trabalhadores atendidos pelo Planfor, receberam cursos em habilidades básicas, mas o baixo nível de escolaridade dos cursistas continuou a ser apontado como obstáculo à eficácia do programa” A evasão também esteve presente por conta da dificuldade em assimilar os ensinamentos dos professores dos cursos profissionais o educando fica com baixa estima e evadem.

Atualmente o Programa Brasil Alfabetizado é que tem feito a articulação na busca pela alfabetização de adultos e que em sua primeira edição não apresentou resultados que impactasse a realidade dos altos índices de adultos não – alfabetizados. Na Bahia, o Programa é denominado de TOPA – Todos Pela Alfabetização. Porém continuamos observando similaridades em alguns pontos

negativos observados em nos outros programas: curto período para que se dê o processo de alfabetização neste programa também questiona-se os problemas de ordem operacional como: tempo do curso muito curto para que se obtenha bons resultados; material didático não chega no tempo certo; demora entre a realização da matrícula e o início das aulas, insatisfação de alfabetizadoras por questões como demora para receber a bolsa bem como o seu valor. Em todo o Brasil qualquer pessoa que tenha escolarização pode se inscrever para ser alfabetizador do programa, os locais das aulas podem ser de acordo com a providência dos alfabetizadores, pode ser até em sua própria casa, também a formação de turmas no programa fica a cargo do próprio alfabetizador, ou seja, ele mesmo deve procurar alunos para formar a sua turma; Tudo isso é forte contribuição à evasão e isso se dá com turmas inteiras, no caso do alfabetizador se desligar do programa.

Portanto percebe-se a transferência de responsabilidade e o descaso do poder público em relação a minimização dos índices do analfabetismo no Brasil, ao longo da história de EJA com programas de caráter imediatistas e insatisfatório, de curta duração, inviabilizando o alcance de uma educação com qualidade bem como os objetivos ficam frustrados.

Várias Políticas Públicas vem sendo idealizadas e implementadas atualmente mesmo que de forma tímida, em alguns estados e municípios, geralmente nas grandes cidades, como exemplo tem: o PROJOVEM, PROEJA, ENCCEJA e o Projeto Escola de Fábrica. Todos com objetivos de preparar para o trabalho, não se preocupando com o desenvolvimento integral dos Jovens e Adultos das classes populares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96 em seu artigo 2º diz:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(LDB, 1996,p.10)

Apesar da lei afirmar que a finalidade da educação é o pleno desenvolvimento do educando, o que é percebido nestes programas atuais é o foco na formação para o trabalho e a minimização de uma educação para a cidadania. Com esse comportamento, tem – se um trabalhador alienado sem o mínimo de senso crítico para os aspectos sócio, econômico, político e cultural da sociedade em que se encontra inserido. O conhecimento oferecido é voltado apenas no desenvolvimento

de habilidades para o trabalho. Políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos, em processo de implementação estão em processo de implementação como o PROJOVEM,

O PROJOVEM,- Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Educação, Qualificação e Ação comunitária. Com o objetivo de atender jovens de baixa renda dos 18 aos 24 anos, que tenham no mínimo concluído o fundamental I (4ª série/5º ano), com a pretensão de oferecer a conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional e capacitação para desempenho de ações comunitárias. Aos alunos matriculados será oferecida uma bolsa de R\$100,00. O programa do ponto de vista da busca de qualidade de vida das classes mais desfavorecidas demonstra-se insatisfatório, pois tem caráter assistencialista, em um ano não se conseguirá uma educação com qualidade o estudante receberá o certificado de conclusão do curso, porém estará fadado a continuar numa posição submissa em relação aos outros trabalhadores com melhores qualificações. Outro curso com o caráter aligeirado de escolarização e que não contempla uma educação integral do estudante é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica – PROEJA.

O PROEJA – Foi instituído em 2005, reformulado em 2006 e abrange formação inicial e continuada podendo obter a elevação da escolaridade em nível de Ensino Fundamental; educação profissional técnica de nível médio que poderá ser integrada com elevação da escolaridade em nível médio. O programa tem como parceiras preferenciais instituições do sistema “S” (Proeja, Documento Base, p.55) e pode ser desenvolvido também pelos Centros Tecnológicos Federais – CEFETs. Entende-se que o programa não contribuiu para o aumento do acesso das vagas e sim houve um deslocamento de vagas já existente para o atendimento ao programa já que estas vagas poderiam ser utilizadas para a criação de novas turmas nos cursos dos próprios CEFETs. É mais uma vez uma ilusão de que se criou vagas, mas como isso ocorreu se estas vagas não fossem do PROEJA seriam da própria instituição, só houve a transferência das vagas. E mais um programa inconsistente é lançado visando manter os adultos das classes populares na condição de dominação, o ENCCEJA oferecer o certificado de conclusão de escolarização é mais fácil do que oferecer a própria escolarização.

O ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências em Educação de Jovens e Adultos. Constitui um instrumento de avaliação para aferição das competências e habilidades dos alunos jovens e adultos. Instituído em 2002, reformulado em 2004, é o único programa com possibilidade de emitir certificado de conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio sem que necessariamente o aluno tenha cursado o nível de ensino. O programa tem como objetivo principal certificar jovens e adultos que não tiveram condições de cursar a educação básica mas necessitam comprovar terem conhecimentos referentes ao referido nível. O ponto negativo nesse programa está no fato de valorizar o certificado em detrimento dos conhecimentos acadêmicos.

O nível de complexidade curricular da educação básica é bastante alto, e o jovem recebe o certificado de conclusão sem sequer ter cursado freqüentado a sala de aula. Às classes populares basta o conteúdo mínimo, ou nem isso, pois estes indivíduos não receberam da educação formal nem os conteúdos mínimos, assim mantêm-se o mecanismo de dominação sobre a massa popular que continua marginalizada, e entendendo o programa como o grande feito das autoridades sem perceber as reais intenções que estão por trás de políticas tão insatisfatórias. E o faz de conta continua com mais um programa, fadado ao fracasso, por ter o foco na formação apenas de mão-de-obra, é o Escola de Fábrica.

Projeto Escola de Fábrica, tem o objetivo de oferecer cursos de formação profissional inicial para jovens dos 15 aos 21 anos, que pertençam a famílias com renda "per capita" de um no máximo um salário mínimo, criada nas empresas, onde cada uma se responsabiliza por 20 alunos. O jovem para participar deste projeto deverá está cursando as séries finais do Ensino Fundamental ou já está cursando o Ensino Médio, é oferecida uma bolsa de meio salário mínimo, para cada aluno. O projeto pode acontecer em empresas de pequeno, médio e grande porte bem como empresas de serviços, elas são responsáveis por providenciar salas de aulas com os equipamentos necessários ali mesmo no ambiente de trabalho. O projeto é incipiente a medida que o valor da bolsa é baixíssimo, bem como o número de jovens atendido por fábrica. Diante da grande população de jovens no Brasil isso demonstra que os resultados serão insignificantes, se tomar por base esse contingente. Outro fato a ressaltar neste projeto é a exclusão dos jovens que estiverem acima de 21 anos, o adulto fica a mercê da própria sorte, então percebe-se que é mais um projeto apenas para constar que existe, mas que não causará

impacto considerável nos resultados, afirmando mais uma vez o descaso que existe em desenvolver políticas públicas para os jovens e adultos brasileiros, trata-se de um descaso histórico, e que as políticas neoliberalistas reafirmam, na medida em que focalizam os maiores investimentos no Ensino Fundamental, no pressuposto de investir em indivíduos produtivos, ou seja, que poderá render lucros á sociedade, aos adultos não é dada a devida atenção, se não algumas medidas pontuais e insatisfatórias.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre sofreu o descaso em relação às autoridades governamentais que na maioria das vezes tem transferido a responsabilidade deste tipo de educação, a outros segmentos da sociedade. Outro fato que observa-se na história da educação de adultos no Brasil é que desde os anos 30 do século XX, os movimentos que enfatizaram a Educação de jovens e adultos na perspectiva da alfabetização, do combate ao analfabetismo. Como se aprender a ler bastasse para que um cidadão possa ter uma participação ativa na sociedade. Não fica explícito o interesse de que a grande massa popular cresça, se eduque, se informe, se desenvolva plenamente, dê prosseguimento aos outros níveis educacionais, a julgar pelos problemas que se repetem em todos os programas desencadeando no fracasso.

Em linhas gerais observa-se que historicamente os problemas que geram o fracasso ainda não foram superados, muda-se as nomenclatura dando a impressão de que irão iniciar algo novo, porém os mesmos problemas que concorrem ao fracasso continuam, aumentando cada vez mais o número de sujeitos evadidos. Um outro grande impasse destes programas é ver em separados a alfabetização do restante do processo educacional, isso tem melhorado bastante o olhar para este segmento, porém, ainda não superaram esta questão, é como se a alfabetização não fizesse parte do processo de escolarização, ver a alfabetização em separado da educação básica tem sido um equívoco cometido pelas autoridades educacionais brasileiras ao longo da história, isso leva a crer que é intencional, assim podem se explicar perante os órgãos internacionais, UNESCO, ONU, Banco Mundial etc. sem necessariamente investir na continuidade comprometendo consideravelmente a qualidade de vida das classes populares.

A sociedade capitalista atual com a sua lógica neoliberal de ideais marcados pelo capital financeiro e a globalização, não é diferente, defende a lógica de que deve se priorizar a educação do cidadão ativo, produtivo, ou seja, jovem,

entendendo a Educação de Jovens e Adultos como improdutiva, considerando investimentos destinados a estes, desnecessários, por entender que aquele adulto não mais contribuirá para a geração de capital e que não vale a pena investir, assim se encaminharam as políticas educacionais como por exemplo o Fundef nos anos 90 focalizava apenas Ensino Fundamental, é preciso perceber que por trás desta idéia está a lógica capitalista, investir nas crianças e jovens para que possa-se produzir trabalhadores ativos e rentáveis a serviço do capitalismo. As outras modalidades não há necessidade de grandes investimentos, então vemos as políticas educacionais voltadas para o produtivismo capitalista. Segundo Beisiegel :

Esta postura política não foi tão explícita nas outras gestões do Ministério da Educação. As políticas do Ministério da Educação levaram em consideração, basicamente, análise de custo-benefício, isto é, a conjuntura neoliberal tornou imperiosa a ação governamental no sentido de se formarem indivíduos que estejam em sincronia com as exigências econômicas da economia globalizadas. Nesse sentido o próprio Banco Mundial desaconselhava aos “países emergentes” investirem em áreas que não possibilitem retorno econômico, dentre as quais está a educação de jovens e adultos.( BEISIEGEL , 1973,p.9-10)

Enfim, é notório o descompromisso existente em relação ao oferecimento de políticas que melhorem a qualidade do ensino oferecido aos jovens e adultos, diante de tudo que foi exposto neste capítulo, percebe-se que a educação de Jovens e Adultos no Brasil tem uma história acidentada, ao fazermos uma análise do seu histórico vemos que se em toda a história focalizou-se a alfabetização por si só, atualmente são dois os focos em que o governo federal focaliza e de forma bastante insatisfatória: o combate ao analfabetismo e a formação para o mercado de trabalho. O primeiro, por exigências de organismos internacionais como (Unesco, Banco Mundial, ONU e etc) na perspectiva de elevar o IDH- Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil é que desenvolvem políticas de combate ao analfabetismo, mesmo assim, são criticáveis, programas inconsistentes, fadados ao fracasso, apenas para registrar que existem ações sendo desenvolvidas mas, sem se preocupar com a qualidade do que está sendo oferecido fatores como desistência de alfabetizadores por questões já supra citadas contribui consideravelmente na evasão dos alfabetizandos, em média 50% dos alunos, por conta da demora em iniciar-se as aulas, desistem antes mesmo de começar (inferência minha), então percebe-se que por essas questões acontece evasão em massa, em todos os programas de alfabetização até então implementados no Brasil a evasão constitui



um grande obstáculo no caminho da Educação de Jovens Adultos. Já o segundo, é focalizado para atender ao mercado capitalista com a sua lógica neoliberal, implementam políticas públicas atuais como: Escola de fábrica, PROJOVEM, PROEJA, ENCCEJA assim como algumas anteriores já extintas. Estas políticas focalizam a formação para o mercado de trabalho e pode-se observar que apenas os jovens estão sendo contemplados com estas iniciativas, a julgar pela idade exigidas pelos programas para que se dê a inserção dos alunos.

A idade máxima exigida é 24 anos porém a maioria é exigida idade até 21 anos. Portanto, são os jovens os maiores beneficiados pelos atuais programas “ditos” para Jovens e Adultos: esta constatação reforça o caráter mercadológico, capitalista da educação onde o ínfimo investimento que se tem contempla apenas o segmento que, segundo a lógica neoliberal, garantirão um retorno produtivo no mercado de trabalho. A formação para o trabalho é potencializada, em detrimento da formação humana que tem a intenção de desenvolver formação plena da educação de nossos jovens e adultos, preparando-os para a prática de atitudes e olhares críticos em relação aos problemas sócio econômicos, políticos e culturais das comunidades onde estão inseridos. A lógica dual e capitalista rege o seguinte: aos jovens das classes populares basta que seja oferecido o currículo mínimo, não existe interesse em oferecer educação de qualidade.

Povo instruído é um povo que questiona, critica e não se subordina facilmente, e isso jamais vai interessar à classe dominante, a intenção é manter as grandes massas populares completamente dominadas. Diante desta análise fica evidente que o caráter dual da educação brasileira demonstra historicamente o oferecimento de um tipo de educação para a elite e educação mínima e sem qualidade para as classes populares, como estratégia das forças dominantes para a manutenção da hegemonia e do “*status quo*”. A educação pública atual dependente e subordinada às políticas neoliberais contribui através das desigualdades educacionais, para o aumento da distância entre a classe dominante e as classes dominadas os anos se passaram e a escola pública ainda vivencia altos índices de abandono mantendo o assunto da evasão escolar na Educação de Jovens e adultos, como um assunto cada vez mais atual, infelizmente, no cenário educacional brasileiro.

### 3. A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DESAFIOS E CONTRADIÇÕES

Segundo o Dicionário Brasileiro Globo, evasão significa:” fuga, saída, ato de evadir-se;(fig.) evasiva; subterfúgio.(*Do latim evasione.*)”

A evasão escolar denomina também como abandono ou desistência, é um fenômeno que acontece na maioria das vezes nas escolas públicas, e se dá pela fuga do aluno da escola. É notada em qualquer nível ou modalidade de ensino, está presente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, o público que evade da escola é majoritariamente oriundos de classes populares pertencentes a famílias de baixa renda portanto pode-se perceber que constitui uma complexidade fazer a análise da evasão escolar e principalmente de jovens e adultos no Brasil. Este estudo envolverá diversos outros tipos de exclusões, estas com dimensões culturais, sócio- econômicas e políticas que vivenciadas por estes agentes ao longo de suas vidas como problemáticas tipo: miséria, desemprego, fome, mortalidade infantil, analfabetismo e etc. fatores estes que causam drástica desigualdade social, decorrentes da má distribuição de renda que é marcante no Brasil desde o período da Colônia, segundo Brandão(1983):

(...)Gatti, Arns, Isaac, Ferrari, Bonamigo, Fukui, Rosemberg, concluíram que os alunos de nível sócio-econômico e cultural mais baixo têm um menor índice de rendimento, e de acordo com alguns autores são mais propensos à evasão.(BRANDÃO,1983,p.68).

A população explorada alimenta em si a cultura da subserviência e do fatalismo com mentalidades erroneamente construída, de que o pobre não precisa estudar, pois está fadado a uma situação de subalternidade. Isto demonstra que os problemas sociais são fatores determinantes na produção da evasão escolar que reflete negativamente no bom desenvolvimento de uma Nação. A evasão na Educação de adultos apesar de ser discutida pelas autoridades como um problema já do Séc. XX , ela é tão antiga quanto a história do Brasil, data do Séc. XVI.

A evasão escolar está presente na História da Educação de Jovens e Adultos desde os tempos do Brasil colônia, quando os jesuítas com interesses religiosos, (a serviço da igreja) e políticos (a serviço da Coroa Portuguesa), implantaram no Brasil,

um processo de educação aos nativos, sua ação educativa tinha perspectiva missionária e impor isso aos índios não foi fácil, estes, não aceitaram esta dominação com tranquilidade, travaram – se muitas lutas contra essa agressão cultural. Não aceitaram a imposição dos comportamentos ditados pelos jesuítas em detrimento de sua cultura e seu modo de vida, eram adultos e sabiam o que queriam, portanto, não se submeteram facilmente à dominação jesuíta e aí já pôde – se observar o primeiro fenômeno da evasão escolar de jovens e adultos no Brasil, segundo Maria Lúcia Aranha(2006):

Muitos chegavam a pensar na impossibilidade de conseguir algum sucesso no processo “civilizatório” dos nativos, enquanto para outros incluindo aí os missionários, os indígenas eram como filhos menores, “uma folha em branco” em que se poderia inculcar os valores da civilização cristã européia. Nesse sentido convictos de que o cristianismo representava a vocação humana universal que implica integração e unidade, lançaram-se com empenho à incorporação territorial e espiritual dessas etnias na esperança de acentuar as semelhanças - todos eram seres humanos – e apagar as diferenças. Começam então a tentar conquistar o chefe da tribo e a desmascarar o pajé. Logo percebem que a ação é mais eficaz sobre os filhos dos indígenas, os curumins,(também columins ou culumins), alunos prediletos, porque sobre eles ainda não se sentia de maneira enraizada a influência do pajé.(ARANHA,2006.p.141)

Percebe-se que os indígenas adultos já possuíam uma educação, ensinada pelo pajé, e que os jesuítas não conseguiram bons resultados com a imposição da educação européia. Depois de algum tempo os jesuítas desistiram de educar índios adultos, pela dificuldade em adequá-los ao modelo imposto por eles, e então pode-se observar aí a gênese da evasão de adultos, os jesuítas e passaram investir na educação das crianças, Aranha,(1996) aborda que: “Não conseguindo agir diretamente sobre os adultos, os padres conquistam os filhos dos índios,os curumins.” essa foi uma nova estratégia jesuíta para a imposição da educação religiosa e a cultura européia. Apesar de não dispor neste momento de material que comprove esta afirmação, mas por certo, também não deve ter sido nada fácil, pois em se tratando de crianças indígenas com sua cultura de liberdade, deve ter havido muita evasão destas escolas por parte desses curumins, era para eles muito melhor caçar, pescar e tomar banho de rio, do que se submeter aos ensinamentos conservadores e tradicionais dos jesuítas. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, as autoridades secundarizaram a educação, não houve investimento em organizações educacionais para substituir as escolas jesuítas e então a educação

vive um retrocesso na história. Só volta a se perceber registros de evasão escolar, já no Séc.XX quando foi realizada a primeira pesquisa estatística sobre a evasão no Brasil.

Em 1934, obteve-se os primeiros dados registrados sobre a temática da evasão, neste contexto tinha se iniciado o processo de luta por uma escola pública para todos, e aconteceu a primeira pesquisa estatística sobre o ensino no Brasil. Na análise dos resultados desta pesquisa, o educador e autoridade da educação na época, Lourenço Filho, já demonstra grande preocupação com a evasão escolar, ao analisar a situação do ensino no Brasil, segundo Freitas (1934) quando Lourenço Filho efetivou esta análise disse:

O que mais impressiona não é só a taxa de crianças em idade escolar, fora das escolas. Para 8 milhões de crianças nessas condições, não foi surpresa saber-se que pouco mais de 2 milhões estão arroladas nas escolas. Mais a frequência não chega a 70%. E sobre frequência assim reduzida, a deserção e escolar é sintoma impressionante. Mesmo para o ensino fundamental comum, a taxa dos alunos que chegam a concluir o curso não atinge a seis por cento! O rendimento efetivo, real do ensino primário no Brasil é, pois, dos mais pobres em todo o mundo, à vista desta deserção. (FREITAS apud. BRANDÃO,1983,p.9).

Apresenta-se aí a evidencia registrada da evasão escolar no Brasil, isso por que até então ninguém havia se debruçado a pesquisar este aspecto, até porque antes disso, quase não havia escolas públicas que desse acesso à população de baixa renda, portanto, não existia relevância de pesquisa. As classes populares em toda a história da humanidade estiveram a serviço da classe dominante, sem serem contemplados nem nos aspectos dos direitos subjetivos à vida, como: alimentação, moradia, saúde e principalmente educação.

Esse resultado de pesquisa, trata da educação das crianças, não são resultados de jovens e adultos, até por que neste momento a Educação de Jovens e Adultos era ainda um embrião, nas idéias dos intelectuais envolvidos com a educação a exemplo de Lourenço Filho. A década de 30 foi o alvo das discussões sobre a implantação de um o modelo de educação que contemplasse as pessoas adultas. Estas populações que por vários séculos vivenciaram todas a sorte de exclusão agora era colocada em pauta para discussões mais amplas e consistentes. No início do Séc. XX, urgia educar as classes populares, e isso para o Brasil já era tardio, pois o mundo já vivenciava essa efervescência e transformações educacionais por todo o Séc. XIX em especial no seu final. No Brasil

em 1947 foi lançada a primeira campanha de educação para pessoas adultas, a Campanha de Alfabetização de Adultos, esta deu início a educação de adultos no Brasil, porém, em virtude das exclusões vivenciadas por esta população ocorreu também a exclusão da escola, ou seja, a evasão se identificou nesta grande campanha.

Podemos afirmar, diante da análise das situações de exclusão vivenciadas por estas populações, que a evasão na Educação de Jovens e Adultos esteve presente por toda a história de Educação de Adultos no Brasil. Atualmente temos um grande número de pessoas com pouca ou nenhuma escolarização, fora da escola. Levando em conta o fato de que só nas últimas décadas é que houve a democratização do ensino, com ampliação de escola públicas, podemos imaginar então que o processo de evasão escolar era muito maior. Constitui uma grande dificuldade em encontrar material que discuta a evasão na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pela insignificância do material bibliográfico historicamente produzido, isso leva a crer que é um tema evitado, pois falar de evasão em educação de adultos não é interessante para o mundo capitalista, como a educação reflete a sociedade econômica temos como consequência a omissão das autoridades frente a esta problemática .

Além da evasão, temos testemunhado também, o grande índice de adultos que se encontram fora da escola, vale enfatizar, a colocação neste caso não é para adultos analfabeto, trata-se de adultos que iniciaram o Ensino Fundamental e abandonaram no meio do processo, estes que nem sequer efetivam a matrícula, os altos índices de evasão e de pessoas adultas fora da escola mostram a intrínseca relação entre a evasão e a exclusão, Quando não estudam, matriculam-se e não agüentando superar as adversidades evadem, isso infelizmente, reflete-se como um fracasso social. As atuais políticas excludentes em relação à educação de adultos demonstram que o poder público nada tem feito para minimizar esta questão, muito pelo contrário, tais políticas tem contribuído para o crescimento desordenado deste tipo de exclusão.

Desenvolver ações no combate à exclusão escolar do adulto, é uma questão de vontade política. O investimento em pesquisas e a fomentação de discussões sobre a problemática, implica em registrar e assumir o descaso e a insuficiência de políticas públicas para esta parcela da população excluída do direito à educação.

Colocar o assunto em pauta, em nível nacional, pressionaria as autoridades públicas a mudar seu comportamento e isso que não interessa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, 9.394/96, em seu art.37 inciso 2º delega ao poder público a responsabilidade por viabilizar o acesso bem como a permanência dos Jovens e Adultos na escola,: “O poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.” (LDB, Art.37, p.34) (grifo meu), mas, apesar disso, o que se tem presenciado nos últimos anos é a exclusão da EJA dos financiamentos públicos. O ex-Diretor do Departamento de EJA do Ministério da Educação, na gestão 2004 a 2007, Timothy Ireland, em entrevista à Revista Nova Escola jun/jul 2009, está afirmando que “Prever verbas para a EJA é crucial para o desenvolvimento de qualquer nação.” Esta afirmativa mostra que as autoridades educacionais têm consciência da seriedade que deve ser dada à educação de jovens e adultos, porém, como a educação está subalterna às idéias capitalistas neoliberais, essa parcela da educação fica cada vez mais refém dos choques e contradições ideológicas.

Então a omissão das autoridades educativas tem sido a estratégia para se manterem em posição submissa à lógica capitalista. É muito mais fácil responsabilizar o próprio aluno pelo pelos altos índices de evasão e o fracasso escolar que se instala na Educação de Jovens e Adultos, do que promover discussões na tentativa de combate a este fracasso. Se apropriar dos reais índices e convocar as esferas públicas e privadas a discutir este tipo de assunto, na busca de soluções da evasão, não é interessante politicamente falando. Convocar a sociedade para a discussão desse tema significa pressionar as autoridades das diversas esferas públicas municipal, estadual e federal a desenvolver políticas públicas efetivas e consistentes que tenham como foco manter o aluno adulto na escola, isso gera custos e esta, definitivamente, não é a intenção dos setores públicos da educação, o jargão que está na moda é o da redução de custos, quando a questão é de Educação de Jovens e Adultos aí então é que não dispensam esforço significativos. E em nome desta redução de custos, desde os anos noventa a Educação de Jovens e Adultos tem sido drasticamente atingida, relegada a programas de curta duração inconsistentes e que não garantem impactos significativos na minimização da exclusão/evasão. Ireland (2009) diz:

A Unesco trabalha com o conceito dos quatro pilares, surgido do desafio apresentado por um mundo em rápida transformação: precisamos aprender a ser, a viver juntos, a fazer e a conhecer. Também há o desafio da participação, da inclusão e da equidade: como colocar em prática o conceito da inclusão, que prevê o atendimento das demandas de aprendizagem da vasta diversidade de grupos(...).(Timothy Ireland,2009, in: Nova Escola,p.38)

Esta é uma pergunta que não pode calar. Não é possível cumprir as leis que pregam a inclusão e a equidade, com um cenário político educacional para jovens e adultos tão excludentes que inviabiliza o cumprimento destes ideais anunciados pela Unesco, trata-se de utopias pela distancia que existe entre a idealização e a real concretização. E isso serve para a legislação como um todo: Constituição, LDB, PNE, e os órgãos Unesco, ONU, Banco mundial, que exigem a garantia da inclusão de forma excelentes o que se realmente fossem cumpridas o Brasil teria os melhores índices de qualidade de ensino na EJA e por certo os índices de evasão estariam dentro das expectativas aceitáveis.

Com o passar dos anos EJA foi gradativamente, perdendo espaço no cenário educacional brasileiro. O governo federal transferiu a responsabilidade para as esferas municipais, estas por sua vez questionam não dispor de verbas suficientes para tais investimentos, de forma que o esvaziamento da modalidade atualmente é uma realidade. Vale ressaltar, que esta modalidade não é formada apenas por pessoas de adultas e idosas como enfatizaram muitos intelectuais a algumas, década atrás, e para confirmar esta afirmativa vale citar Romão (2007) sobre a fala do Antropólogo Darcy Ribeiro sobre o analfabetismo e a pobreza:

Contrariamente, com a atual ordem econômica internacional e com a estrutura social nacional vigente em nosso país, a riqueza de alguns se constrói com o subdesenvolvimento e a miséria de muitos. Neste contexto, as propostas educacionais elitistas visam a alienação do povo, propondo falsas questões, como a da inconveniência da universalização do saber e, de modo mais sofisticado e sutil, a exclusão de uma parcela de população “já perdida” para o projeto de Nação e para o processo civilizatório. “Todos sabem” dizia o Senador Darcy Ribeiro, em 1977, “ que a maior parte dos analfabetos está concentrada nas camadas mais velhas e mais pobres da população”. E daí ele conclui que erradicação do analfabetismo – ou erradicação dos analfabetos – é questão de uma não demorada espera,

por que os “mais velhos e mais pobres...pessoal que vive pouco porque come pouco”, logo morrerá. Estancando-se a fonte do analfabetismo, isto é, alfabetizando todas as crianças na idade própria, o sacrifício de algumas gerações (de mais velhos e mais pobres), criará um país, “aí pelo ano 2000”, asséptico de analfabetos e de pobres. O raciocínio coloca a dialética de cabeça para baixo, porque, inspirado no messianismo pedagógico tão comum à época da “teoria do capital humano”, considera a educação escolar como capaz de eliminar a pobreza dos que ainda não chegaram à velhice, aproximar pobres de ricos, promover o desenvolvimento e permeabilizar o conflito de classes. (ROMÃO apud. GADOTTI e ROMÃO,2007,p.49-50)

Esta fala é tão forte que assusta, principalmente sabendo que foi afirmada por uma pessoa importante na educação brasileira e ele deixa explícito a falta de compromisso em oferecer educação às pessoas mais velhas e pobres, do ponto de vista dele não há necessidade em promover o bem estar destas pessoas e que deve-se investir nos jovens para que se possa ainda construir uma velhice escolarizada, a tentativa de melhoria da qualidade de vida, não é vista para todos e sim apenas uma parcela. Atualmente estamos presenciando um fenômeno que comprovadamente mostra o equívoco, na fala deste pesquisador que deixa subentendido que a EJA é formada apenas por pessoas velhas, fato é que estamos vivenciando o crescimento de um quadro cada maior da população de jovens na faixa etária de 15 a 20 anos matriculados nas escolas noturnas ou seja, temos um aumento expressivo de adolescentes na Educação de Jovens e Adultos. Segundo Haddad e Di Pierro (2000):

Emerge um segundo desafio para a educação de jovens e adultos representado pelo perfil crescentemente juvenil dos alunos em seus programas, grande parte dos quais são adolescentes excluídos da escola regular. (...)A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana cuja trajetória escolar anterior foi mal sucedida.(...) os jovens carregam consigo o estigma de alunos problema que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação.(HADDAD e DI PIERRO, 2000,p.124)

Sabe-se que algumas políticas públicas como: Bolsa família, PETI-Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e outros tem sido desenvolvidos na tentativa de garantir a permanência destes alunos na escola regular diurna, porém, ainda são



insuficientes para que se obtenha um resultado exitoso e estes vão vivenciando um quadro de multirepetência da escola regular diurna e alguns anos depois são transferidos para a Educação de Jovens e Adultos passando então a inserir-se nos índices de evasão de adultos.

Vários fatores influenciam no fracasso desta criança até a adolescência e não é possível um detalhamento profundo neste momento, porém são questões já amplamente debatidas entre as instituições públicas e civis, por intelectuais, pesquisadores e professores, mas, para efeito de esclarecimento cita-se aqui, algumas das principais: localização da escola; currículos rígidos; metodologias ultrapassadas; baixa formação docente; falta de inclusão tecnológica e etc. são fatores que posteriormente leva-os à Educação de Jovens e Adultos, mais diversas ainda, são as questões externas pois são provenientes da marginalização social, que torna estas populações excluídas de direitos objetivos e subjetivos. Com a manutenção destas disparidades cresce o fracasso, pois estas comunidades precisam de políticas que os tornem minimamente inclusos socialmente.

A indisciplina dos adolescentes na EJA tem gerado muitos questionamentos proveniente tanto de professores como e principalmente por educandos adultos, que sentem-se prejudicados em seu desempenho acadêmico. Os adolescentes “expulsos” do diurno no pressuposto de que a Educação de Jovens e Adultos irá resolver todos os problemas da indisciplina dos mesmos, porém isso não acontece e atualmente esse é mais um desafio da EJA, a demanda de recursos humanos administrativos no noturno é bem menor e isso diminui o controle, estes adolescentes são candidatos em potencial a multirepetências ou evasão escolar ainda causando evasão de outros educandos adultos que não suportando o convívio com os adolescentes “indisciplinados” acabam desistindo de freqüentar as aulas. Estamos testemunhando uma geração de jovens e até adultos sem sonhos, esta falta de sonhos, faz com que pelas tantas questões de sofrimentos em suas vidas, não persistam, eles evadem com facilidade, e não se trata de não querer estudar, é preciso entender que as questões são muito mais delicadas, e precisa de reflexões profundas, a fim de que erroneamente, não nos apropriemos de um discurso capitalista, que tende a responsabilizar o indivíduo pelos diversos fracassos vivenciados.

Outro fator imprescindível ressaltar, é o do trabalho infantil. Pois este é o grande vilão, responsável pela ausência das crianças na escola quando estão na

idade adequada, que de maneira precoce e informal entram no mundo do trabalho. Muitos dos educandos indisciplinados por exemplo: trabalham durante o dia, desempenhando atividades na maioria das vezes cansativas, quando chegam na escola a noite não tem disposição de freqüentar as aulas. A adolescência é uma fase que por si só, almeja liberdade, é a fase das descobertas e das fantasias então estes alunos preferem ficar fora da sala, como se aquele fosse o momento de lazer para eles que ficaram o dia trabalhando, pessoas nesta fase, tem necessidade desses momentos, uma vez que não conseguem tê-lo no seu cotidiano diurno, transformam o momento dos estudos para este fim, isso os levam ao fracasso, pois acabam evadindo, muitas vezes estão presentes na escola mais evadidos das aulas, esta é uma situação muito vivenciada em escolas de EJA, segundo Spósito (1999)

Certamente os dados mais amplos relativos aos índices de desigualdades em nossa sociedade, ao contemplarem as enormes dificuldades de integração dos jovens brasileiros na esfera dos direitos educativos. Essa situação não é só caracterizada pela impossibilidade de freqüência à escola na idade adequada mas, sobretudo, pelos mecanismos perversos intra/extra escolares que ora expulsam ou incorporam de modo precário os jovens, acentuando as enormes distorções entre a idade/série nas diversas séries e baixos níveis de conclusão da educação obrigatória. (SPÓSITO apud.SANTOS, 2004, p.5)

Outra questão relativa ao trabalho é aquela em que, a criança evade da rede regular para trabalhar e fica fora da escola por alguns anos, quando tenta se inserir-se no mundo do trabalho formal pelas exigências atuais, são excluídos por causa da baixa escolarização. Então com grande atraso e de forma tardia retornam aos estudos na Educação de Jovens e Adultos na tentativa de recuperar o tempo perdido, mas é muito difícil para ele agora, com todos os problemas da vida adulta e ainda com as carências vivenciadas muitos não conseguem chegar ao final, Santos, em relação a sua pesquisa diz:

(...) jovens e adultos que, tendo sido excluído precocemente da escola, buscaram através de uma oportunidade educacional no campo da EJA, a melhoria de sua formação escolar. (...) por um lado a exclusão precoce da escola que vitima, ano após ano, enormes contingentes da população brasileira aos quais se nega, através desse mecanismo, o direito à educação elementar completa. No outro extremo, a reinserção de uma pequena parcela desses enormes contingentes na escola, na busca da

continuidade da formação escolar outrora interrompida. (SANTOS,2004, p.2)

Levando em conta estes e outros fatores apresentados, constitui-se um desafio para o sistema educacional brasileiro, matricular e conseguir a permanência do educando da Educação de Jovens e Adultos na escola até a conclusão do processo de escolarização. Estes, quando não evadem do sistema educacional, seguem na vida acadêmica com um quadro de freqüência irregular o que vai se desenrolar num processo de multirepetências custando aos cofres públicos muito mais do que o planejado. É nesta modalidade que comprovadamente se tem vivenciado os maiores índices de evasão escolar, e na atual conjuntura é uma questão preocupante, grande o número de pessoas que têm ficado excluídas do mercado de trabalho pelo fato deste com suas exigências pautadas no neoliberalismo, exigir a cada ano um profissional mais qualificado. A Proposta Curricular de educação para jovens e adultos refere-se a este assunto dizendo:

Essas novas tecnologias e sistemas organizacionais exigem trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe. Será cada vez mais necessária a capacidade de se comunicar e de se reciclar continuamente, de buscar e relacionar informações diversas. (PROPOSTA CURRICULAR, 2001, p.37)

O mercado de trabalho e a dinâmica dessa sociedade exige um trabalhador dinâmico e polivalente, e a escola tem deixado a desejar na formação de cidadãos com este perfil, portanto excluídos da escola, vão para o mercado de trabalho e por falta de escolarização acabam sendo excluídos do mercado de trabalho e retornando à escola, segundo Leite( s.d. ):

(...) há uma centralidade conferida ao trabalho no que se refere tanto à evasão dos educandos quanto ao retorno dos mesmos aos estudos. Em entrevistas realizadas os alunos relataram dificuldade em conciliar escola e trabalho em decorrência da falta de cursos noturnos, do cansaço pela longa jornada de trabalho e dos afazeres domésticos, da distancia entre a casa e a escola e da necessidade de trabalhar se impondo diante das dificuldades financeiras, levando os alunos a priorizarem o trabalho em detrimento dos estudos. Isso os levou a interromper seus estudos. Quanto aos motivos que levaram o aluno a retornar à escola, temos a busca de um trabalho como o motivo mais apontado seguido do desejo de aprender coisas novas. (LEITE,[s.d.] p.2)

Retornam à escola na tentativa de recuperar o tempo perdido, mas, questões sociais como o trabalho informal, desemprego, família, saúde, distâncias entre a residência e a escola etc. acabam por fazer estes adultos apesar da vontade e o sonho em escolarizar-se desistirem pelo caminho, então presencia-se em meados de anos letivos já a ausência dos alunos jovens e adultos nas salas de aulas, dando sinal do alto índice de evasão que se confirmará posteriormente ao final do ano letivo. Tudo converge para que o educando se auto responsabilize pelo seu próprio fracasso, isso por que, a lógica capitalista sutilmente tem a intenção em culpar o indivíduo, e isentar a sociedade de qualquer responsabilidade, porém todos os problemas vivenciados pela Educação de Jovens e Adultos: falta de políticas públicas consistentes; fechamentos de estabelecimentos escolares noturnos; metodologias inadequadas por parte de educadores; o não oferecimento de vagas para a Educação de Jovens e Adultos em horários diurnos; Material didático inadequado à modalidade; falta de formação em Educação de Jovens e Adultos para os educadores atuantes neste segmento. Estes e outros fatores internos são produzidos pelo sistema educacional, são questões de responsabilidade social e diante da não resolução dos aspectos citados, não se pode esperar resultados melhores do que os apresentados até então, segundo HIDALGO(2008):

Se analisarmos do ponto de vista individual e isolarmos uma série de outras situações que envolvem a vida dos jovens, podemos concluir que as oportunidades educativas possuem um alto potencial de mudança nas atitudes, valores e saberes. Somos conscientes também das dificuldades das práticas educativas neste sentido. A violência das ruas,(...)está também dentro da escola. Exatamente pelo reconhecimento do fracasso das práticas educativas consideradas isoladamente, a Unesco investe esforços na consolidação e veiculação do conceito de “educação permanente”,(...).(HIDALGO,2008,p.126)

Não se pode analisar as questões de fracasso escolar de forma individual. É preciso tomar consciência das questões sociais que se desenrolam na vida dos nossos educandos da Educação de Jovens e Adultos quando estes estão fora do ambiente escolar. Se houver vontade, sobretudo política em analisá-la num conjunto, evidenciaria sem muito esforço o quanto a sociedade é omissa com esta parcela de educandos. Olharmos a evasão sem refletir sobre os fatores que a produz e analisá-la isoladamente dos fatos, é omissão, transferência de responsabilidade, aos próprios estudantes.

Diante das reflexões postas neste trabalho comprova-se a não responsabilidade dos indivíduos pelo seu fracasso pessoal, pois caso fosse apenas alguns até se poderia responsabilizá-los individualmente por estes resultados, mas a julgar pela grande massa popular que evadem da escola, pode-se concluir que o fracasso é social, é do sistema educacional da base material da sociedade capitalista. As classes populares tem sido ao longo da história vitimizadas pelas misérias da vida. Desigualdades construídas por um sistema dual cada vez mais exigente e explorador, que faz crescer assustadoramente a miséria, enquanto que os pobres ficam cada dia mais pobres os ricos ficam cada vez mais ricos. Não podemos perder de vista o fato de que a evasão escolar não é a causa dos problemas sociais, muito pelo contrário, ela é consequência de vários outros tipos de exclusões.

## **4. ANALISANDO A EVASÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA**

Este capítulo faz uma rápida apresentação do município de Dias D'Ávila, contando um pouco de seu histórico e contexto atual este, relevante no entendimento da questão da evasão escolar de Jovens e Adultos, das escolas municipais. Está organizado em dois tópicos: o primeiro, "Situando historicamente o município de Dias D'Ávila" sintetiza sua história pontuando os fatos relevantes de seu passado e da atualidade, tentando mostrar como se deu o processo de desenvolvimento ao longo dos anos. O segundo, faz um panorama de como está organizada atualmente a sua educação, explicitando os desafios e as contradições vivenciadas por ela, na tentativa de dar explicações para o fenômeno da evasão de adultos, faz a análise e interpretação dos dados pesquisados e dialoga com os resultados.

### **4.1- Situando historicamente o município de Dias D'Ávila**

O município de Dias D'Ávila está localizado na Região Metropolitana de Salvador a aproximadamente 50 Km da capital, tem sua história construída e influenciada pela presença dos portugueses chegados à Bahia nos tempos do Brasil colônia, quando o fidalgo português Garcia D'Ávila, recebeu do rei D. João III, uma grande sesmaria onde edificou o historicamente o conhecido, Castelo da Torre, localizado atualmente em distrito do município de Mata de São João.

Segundo historiadores, a família Garcia D'Ávila foi tão importante para esta localidade que por isso, Francisco Dias D'Ávila, o filho de Garcia D'Ávila, foi homenageado dando o atual nome do município. Ele criou nesta localidade a primeira feira de gado da Bahia que se chamava "Santo Antonio do Capuame", e foi muito importante para a economia da época, boiadeiros desciam de Juazeiro, Jacobina, Rio Real e Feira de Santana para negociar o gado nesta feira.

Em 1823 funcionou como centro de abastecimento das tropas, e arsenal para consertos de armas na guerra da Independência da Bahia, este lugar foi chamado nesta época de "Quartel General da Legião da Torre". Mais tarde, a feira de gado foi transferida para o município de Feira de Santana, onde funciona até então. As

peças que conheciam a história da feira e passavam pela redondeza, por muitas décadas chamaram-na de: Feira Velha de Capuame. Foi através da Lei nº 2150, de 26/04/1928, que a antiga Feira passou a se chamar Dias D'Ávila, que a princípio foi Distrito do município de Mata de São João e posteriormente de Camaçari. Foi elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 4404, de 25/02/1985.

Em meados do Séc. XX, ficou conhecida como cidade das águas por possuir um lençol freático extenso e que, segundo estudiosos é uma das águas minerais mais leves do Brasil. O Padre Camilo Torrend descobriu características curativas, de doenças da pele, nas águas do Rio Imbassay, bem como na lama (argila), que havia em seu leito, ao comprovar este fato, a localidade então passou a ser amplamente frequentada por pessoas da região, tanto com fins de descanso durante o verão, como terapêuticos, para tratamento natural de vários tipos de doenças da pele. Então estas descobertas rendeu-lhe o título de Estância Hidromineral em 1962. Por ter diminuído as características de suas fontes e o rio está descaracterizado, pelo assoreamento e poluição, o município nos anos 90 perdeu o título de Estância Hidromineral.

Nos anos 70 foi implantado o "Pólo Petroquímico de Camaçari", hoje, "Pólo Industrial de Camaçari". O então Distrito, cresceu rapidamente, foram surgindo muitos bairros, e exigindo uma organização mais complexas no cenário social, que modificou completamente os aspectos, político, econômico, social e cultural. O contingente de pessoas que tem migrado para o município em busca de emprego no Pólo, é muito grande, dando característica muito diversificada ao contexto social. Atualmente a população é de 53.821 (IBGE, 2007). Vale ressaltar que este desenvolvimento repentino, fez crescer problemas sociais como: violência, drogas, analfabetismo (em virtude principalmente da chegada de famílias oriundas de municípios do interior); todos relacionados com a situação da pobreza.

#### **4.2- A evasão na Educação de Jovens e Adultos, analisando a pesquisa**

Atualmente o Sistema de Educação Municipal, tem cerca de 15.500 alunos atualmente matriculado na rede municipal de ensino, ela contempla 5 creches, atendendo a 542 crianças de 0 a 3 anos; 23 escolas municipais sendo 18 na zona urbana e 5 na zona rural, compreendendo as modalidades de Educação Infantil, a 1.308 alunos de 4 a 6 anos matriculados; Fundamental I, com 6.283 matrículas;

Fundamental II, atendendo a uma demanda de matrícula de 4.814 e Educação de Jovens e Adultos atendendo a 2.578 alunos matriculados sendo que destes 363 são alfabetizando do Programa TOPA - Todos Pela Alfabetização.

O município dispõe de um Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, oferecendo o curso de “Tecnologias da Informação” em nível subsequente ao Médio, também dispõe de um Centro de Educação Superior à Distância – funcionando um pólo da Universidade Aberta do Brasil – UAB, que oferece os cursos de : Gestão Ambiental, em nível técnico e Pedagogia, também está sendo desenvolvido o Projeto Escola de Fábrica, que através do Senai está oferecendo curso de Soldagem e Caldeiraria à jovens da comunidade. O Programa Brasil Alfabetizado organizado pelo Estado com da Bahia com o nome: Todos Pela Alfabetização-TOPA está em sua segunda etapa e tem sido desenvolvido nos espaços das escolas municipais no horário noturno, é coordenado pela equipe de Educação de Jovens e Adultos na perspectiva de evitar fragmentação entre os Programas de Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos seja ela regular ou acelerada, funcionam 18 turmas em sete escolas. Um dos grandes desafios para a educação no município é combater a evasão na Educação de Jovens e Adultos que tem várias características singulares, em virtude da proximidade do Pólo Industrial de Camaçari.

A evasão na Educação de Jovens e Adultos no município de Dias D’Ávila tem tido ao longo dos últimos anos, um histórico de índices considerados altos. Na tentativa de minimizar estes índices alguns projetos vêm sendo desenvolvidos com ações importantes na busca da inclusão ou reinserção deste alunos na escola dois que tiveram destaque atualmente são; o “Projeto Novos Caminhos”.

O “Projeto Novos Caminhos” foi idealizado e implementado pela Secretaria de Educação juntamente com equipe de coordenação da EJA no município, nos anos letivos de 2006 e 2007, e objetivou combater a evasão através do oferecimento de vários cursos de curta duração, como: manicure, pintura em tecido; cabelereiro; customização, artesanatos variados, e outros. Foi patrocinado pela empresa Caraíba Metais e desenvolvido durante as aulas de Arte, nas escolas municipais de EJA, que em 2006 eram 9 e em 2007 desceu para 6 . Os cursos foram muito bem aceitos pelos estudantes, foram bem freqüentados no primeiro e início do segundo semestre, no entanto nos últimos meses dos anos letivos em questão observou-se o esvaziamento dos alunos, e os números de evasão continuaram altos, sendo em



2007, auge do funcionamento do projeto, uma evasão de 44%, esses números causaram uma inquietação aos técnicos educadores envolvidos com o projeto na época, na tentativa de entender o que havia dado errado. Diante de muitas reflexões em relação ao fracasso do ano anterior, mudaram-se as estratégias para 2008, foi idealizado um novo modelo de projeto na tentativa de reduzir, os índices implantou-se o projeto “Nunca Desista” já com uma nova equipe de coordenação de EJA.

O projeto “Nunca Desista” do qual os dados serão utilizados neste trabalho, foi implementado no decorrer de todo o ano letivo 2008 onde se desenvolveu ações num viés diferente do projeto anterior. A atuação deste projeto focalizou o contato direto com os alunos, principalmente os que se encontravam em risco de evadir, do primeiro ao último mês de aulas, as ações desenvolvidas foram relevantes para se chegar às conclusões do trabalho aqui apresentado, estas tinham um caráter conscientizador, um trabalho realmente político. Pode-se então elencar algumas destas ações que serão interpretadas quantitativamente em seguida:

- Diálogo nas primeiras semanas de aula em todas as turmas do município sobre o problema da evasão e suas conseqüências, citando as exclusões do mercado de trabalho dentre outras caracterizadas como exclusões sociais.
- Telefonemas para alunos com freqüência irregular, a retornar convidando –o a comparecer na escola para um diálogo.
- Envio de cartas – convites, por parentes, colegas ou vizinhos, convidando – os ao diálogo e evidentemente a retornar.
- Visitas domiciliares àqueles que não conseguia –se contactar de outras formas.

**Tabela 1: Levantamento das ações realizadas no município de Dias D'Ávila pelo projeto "Nunca Desista" - 2008-**

Escola Nº	Cartas-convites	Tel.	Visitas domiciliares	Reuniões Nas turmas	Diálogo Com contatados	Total de retorno
1	98	3	0	6	9	27
2	110	37	0	6	14	46
3	105	178	16	6	23	72
4	126	99	28	6	11	77
5	119	70	50	6	11	44
<b>TOTAL</b>	<b>558</b>	<b>387</b>	<b>94</b>	<b>30</b>	<b>68</b>	<b>266</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

### **TOTAL DE AÇÕES REALIZADAS = 1137**

A Tabela 1 evidencia o número expressivo de ações desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos do município, o que segundo autoridades educativas de outros município trata-se de um projeto de fundamental importância. É possível perceber também que houve resultados positivos, se 266 alunos retornaram este é significativo em se tratando de ter ficado de fora. Estas foram ações mais evidenciadas no projeto, porém, muitas outras de menor ênfase foram implementadas. Com o desenvolvimento, do projeto o decorrer do ano letivo se deu com muitas expectativas em relação à redução do índice de evasão nos resultados finais. Porém diante de todo o esforço que foi dispensado a esta causa. Os resultados não foram nada animadores, deixando na equipe a sensação de impotência frente à resolução de um problema de raízes tão profundas.

### **Tabela 2: Quadro da Evasão Escolar na Educação de Jovens**

**e Adultos - EJA do município de Dias D'Ávila**  
**-2008-**

ESCOLA Nº	MATRICULADOS (A)	EVADIDOS (B)	NUNCA FREQÜENTARAM (C)	% (B + C)
1	424	117	67	43,4
2	475	122	68	40
3	760	197	155	46,3
4	603	140	114	42,1
5	665	168	129	44,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.927</b>	<b>744</b>	<b>533</b>	<b>43,6</b>

Fonte Secretaria Municipal de Educação

A interpretação da Tabela 2 permite ao leitor perceber que houve toda uma inquietação em relação a esse dado, que não mudou em relação a anos anteriores a 2006, como poderia diante de tantas ações desenvolvidas, que não aconteciam em outros anos letivos, e que a partir de 2006 profissionais passam a somar esforços na luta contra a evasão de forma mais significativas, não refletirem as reais perspectivas do corpo técnico envolvido com a pesquisa, a sensação de impotencia perante a questão trazem uma reflexão de que os problemas vivenciados pelos alunos visitados, eram questões sociais que na maioria das vezes fogem das possibilidades de resgate.

**Levantamento em (%) dos fatores que levaram os alunos  
entrevistados da Educação de Jovens e Adultos do município de Dias  
D'Ávila a evadir da escola  
- 2008-**

Trabalho	Desmotivação	Problemas de saúde	Problemas familiares	Violência	Dificuldades na aprendizagem
<b>46,2%</b>	<b>24,4%</b>	<b>10,9%</b>	<b>11,6%</b>	<b>2%</b>	<b>4,8%</b>

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Amostragem de dados com depoimento dos alunos (Conforme lista em anexo).

Foram registradas 147 entrevistas a alunos em diálogos provenientes de carta-convite e também de visitas domiciliares, sobre situações que os levaram a evadir da escola, os números compilados confirmam o que muitos pesquisadores já haviam comprovado antes, que o trabalho é o fator que mais influencia na evasão da Educação de Jovens e Adultos, mas em se tratando do contexto onde está inserido o município de Dias D'Ávila, este índice por certo demonstra-se mais acentuado. Para explicitar as conclusões por todas as inquietações desencadeada no que se refere à evasão de adultos nos últimos anos letivos no município de Dias D'Ávila faz-se necessário uma análise do contexto em que está inserido bem como os cortes de verbas sofridos pela EJA nos últimos anos, decorrentes das políticas focalizadoras. Analisaremos vários aspectos para que se dê a conclusão do capítulo.

1. Por exigências das empresas os trabalhadores no ato da admissão precisam comprovar que estão matriculados. Como a nossa demanda é de alunos que têm uma rotatividade de emprego muito grande eles matriculam-se para garantir o atestado de matrícula, não comparecendo à nenhuma aula, o que chamamos de alunos NF nunca frequentou, a grande questão é que eles entram na contabilidade final como evadidos.
2. No Pólo Industrial de Camaçari e nas empresas de água mineral localizadas no município acontecem turnos rotativos estes turnos na maioria das vezes são à noite, quando não é a noite toda como é o caso das de água mineral, é

turno até zero hora e saindo 21 horas do município o que impossibilita e educando a conciliar os estudos.

3. Acontece as “paradas” em que paralisam a produção para a manutenção das máquinas, os funcionários trabalham dia e noite a fim de que essa atividade dure o menos tempo possível, elas têm curta duração, mas, influenciam de forma significativa na evasão, pois quando termina em uma fábrica inicia-se em outra, e eles expostos a esta inconstância empregatícia, nos subempregos de construção civil terceirizados e até quarteirizados, sem acesso completo aos direitos trabalhistas desenvolvimento de doenças ocupacionais e outros fatores ligados ao trabalho que dão contribuição determinante para a Evasão em EJA no município.
4. Existem as empresas que admitem e transferem os trabalhadores para outros municípios e até estados onde passam períodos trabalhando, e quando retornam já estão desestimulados dos estudos.

Estes fatos citados são características próprias dos municípios de Dias D’Ávila e Camaçari, situações presenciadas em contextos industriais, isso torna a situação da evasão mais complexa do que em outros municípios, estes alunos além de passar por todos os problemas sociais advindos da falta de escolarização, ainda vivenciam estas questões pontuais do trabalho. A evasão em Dias D’Ávila precisa de reflexões mais profundas, o cerne da evasão reside em algo muito mais profundo e os educandos estão longe de serem os responsáveis por ela, porém é mais fácil elaborar um discurso que atribui a responsabilidade pela evasão ao aluno, do que direcionar posições que levem a um comprometimento político. É preciso ter um olhar especial para os educandos que estão inseridos nestes contextos discutir e viabilizar variadas formas de garantir acesso e permanência dos mesmos na escolas fazendo valer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 .

Enfim, diante de um contexto tão diverso e uma população estudantil adulta passando por tantos desafios em relação ao trabalho, o município tem sido um tanto quanto contraditório em suas ações. Se por um lado discute-se amplamente a evasão e desenvolve ações para resgatar este aluno, por outro tem contribuído para excluí-los do ambiente escolar. É evidente que nos últimos anos houve cortes de

verbas para a EJA, e também a transferência da responsabilidade pela modalidade para a esfera municipal. Isso foi reflexo das políticas elitistas, neoliberais implantadas na educação nacional a partir dos anos 90, por isso, nos últimos 10 anos, Dias D'Ávila deixou de ofertar matrículas na EJA em mais de dez escolas, o que esvaziou drasticamente o movimento da matrícula para a modalidade, se em 2006 eram 9 escolas, em 2007 passaram a 6, 2008 foram 5 e atualmente apenas 4 escolas funcionam no noturno. Vale ressaltar, que tanto Dias D'Ávila como outros municípios explicitam para as comunidades intra/extra escolar a evasão como justificativa para a efetivação desta medida drástica que é fechar escolas, assim ela acaba responsabilizando o aluno pelo fechamento das unidades escolares. A sociedade é a responsável pelos dois tipos de fracasso social tratados aqui o fracasso do indivíduo, e o fracasso institucional que é em relação aos espaços educativos fechados no noturno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos foram os caminhos percorridos no desenvolvimento deste trabalho, na perspectiva de responder as inquietações sobre a evasão na Educação de Jovens e Adultos, os esforços na coleta de dados bibliográficos e documentais e os instrumentos aplicados aos sujeitos da pesquisa foram desmedidos. Foi realizada uma pesquisa no município de Dias D'Ávila, com educandos jovens e adultos em situação de risco de evasão, mas para entender todo o processo de evasão na EJA foi preciso voltar na história da humanidade e estudar as desigualdades apresentadas nas sociedades, desde a Antiguidade com Esparta e sua educação militar formando soldados para a guerra e humilhando as classes inferiores e Atenas, onde uns viviam o “ócio elegante” enquanto que outros eram explorados. Na Idade Média com a igreja dominando em todos os aspectos, também a formação das cavalaria onde, ser um cavaleiro era mérito da nobreza enquanto que os servos trabalhavam a vida toda para pagar altos impostos aos senhores. A ascensão da burguesia e o advento do capitalismo acentuando as desigualdades na exploração da classe proletariada e uma educação dual prevalece. Uma para formar a classe dominante e outra para formar os dominados. Passou então a abordar sobre a atualidade com o neoliberalismo imperando no mundo.

A história da EJA foi contada de forma breve, para se perceber que em todo o tempo, os programas implantados foram insuficientes, incapazes de combater o analfabetismo tanto pelas dificuldades vivenciadas nas populações menos favorecidas, como por causa de problemas relativos à organização dos programas. Foi feita uma abordagem sobre as grandes campanhas de alfabetização realizadas, como: a primeira no país que foi a Campanha de Educação de Adultos-CEA; o grande movimento ocorrido no período da redemocratização pós Vargas, que envolveu todos os segmentos da sociedade na luta contra pela alfabetização os principais foram: Movimento de Educação de Base - MEB; os Centros de Cultura Popular - CCPs e os Movimentos de Cultura Popular- MCPs, o Mobral no período da ditadura; o PAS nos anos 90 e início do ano 2000, e o atual Brasil Alfabetizado denominado na Bahia como TOPA- Todos Pela Alfabetização. Procurou-se fazer relações e mostrar que muda-se os nomes dos programas, mas os problemas

estruturais e pedagógicos, bem como as problemáticas vivenciadas pelos sujeitos envolvidos continuam os mesmos, e acabam gerando conseqüentemente os grandes índices de evasão de adultos, foi questionado o caráter dos programas que aconteceram em toda a história e que tinham o foco apenas na alfabetização em detrimento da continuidade para uma formação humana.

Passou então, a fazer um panorama e análise dos programas atuais direcionados para jovens e adultos, onde além da focalização na alfabetização é priorizado também mercado de trabalho. A exclusão dos adultos nos programas atuais também mostra inconsistência e insuficiência dos atuais programas pois o número de pessoas contempladas é insuficiente, para causar impacto social. O descaso com a Educação de Jovens e Adultos é explicitado fazendo críticas às políticas neoliberais que se desenrolaram a partir dos anos 90, com cortes de financiamento para a EJA, o que causou conseqüentemente o esvaziamento da matrícula.

Fez um apanhado sobre a evasão escolar no Brasil explicando, conceitos, os grandes desafios e contradições, bem como as causas que levam os educandos jovens e adultos a evadirem da escola. O trabalho trouxe para discussão um novo paradigma, os adolescentes que tem sido transferidos para a EJA, causando alguns problemas no cotidiano das escolas. Conta a história da evasão mostrando que ela tem seu germe, desde a chegada dos portugueses ao Brasil quando tentaram catequizar os índios adultos, porém estes não se submeteram, ocorrendo a evasão, depois daí só, a partir do século XX é que volta-se a falar do tema, com a primeira pesquisa estatística sobre evasão. Procurou enfatizar os motivos que levam os adultos a desistirem da escolarização e dentre eles, mostra as desigualdades e exclusões vivenciadas porém, o sistema educacional tem sido também o grande vilão, quando corta verbas e promove o fechamento das escolas.

Fez uma abordagem sobre o histórico do município de Dias D'Ávila, passando a discorrer sobre a educação e a evasão de Jovens e Adultos nas escolas do município. Esclarece sobre do contexto em que está inserido o município, localizado próximo ao "Pólo Industrial de Camaçari", o que influencia significativamente na



evasão de adultos, relata também sobre os projetos desenvolvidos nos últimos anos visando combater a evasão e a forma contraditória em que o município se mostra, a qual confirma a contribuição no problema da evasão por causa do fechamento das unidades escolares. A situação de carências vivenciadas pelos agentes da EJA, são os principais fatores apontados como causas da evasão na Educação de Jovens e Adultos. Analisa e interpreta os dados coletados, o que confirmam que não é possível fazer análise da evasão individualmente, e que serão vãos os esforços empreendidos, caso não procure-se analisar a evasão a partir de um conjunto de exclusões pelas quais passam este segmento escolar.

Os anos se passaram e a evasão continua sendo um tema atual, por continuar presente e enraizada na educação de adultos. Isso demonstra que as exclusões pelas quais esta população é que determina a evasão, a conclusão deste trabalho permitiu confirmar, que não deve-se culpabilizar o educando pelo seu fracasso individual é preciso considerar o contexto e os problemas vivenciados. Através da análise do conjunto de situações que rodeia o educando, por certo ficará evidente que a responsabilidade é da sociedade em que ele está inserido.

A pesquisa deixa muitas questões relevantes para a evasão na EJA, que não foi possível se esgotar neste trabalho. Em se tratando desse tema, a seara é vasta, muito se tem a fazer, o material de que se dispõe é escasso fazendo-se urgente a ampliação do campo de pesquisa, as discussões da temática estão longe de se esgotar. Fica aqui a provocação a outros pesquisadores preocupados com a Educação de Jovens e Adultos e que queiram dar a sua contribuição em prol deste estudo dessa temática que é tão preocupante no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia Arruda. **História da educação**. 2.ed. São Paulo:Moderna, 1996, p.100.

\_\_\_\_\_. **História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil**.3.ed. São Paulo: Moderna,2006. p.141.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**: Um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: 1973, Pioneira.

BORGES, Liliam Faria Porto. A herança do pensamento de Dewey no debate educacional no Brasil dos anos de 1990. **Revista HISTEDBR On-line**. n.29, Campinas, p.46-57, mar. 2008. Disponível em:  
[www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art04\\_29.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/29/Art04_29.pdf). Acesso em: 02/06/2009.

**BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BORTOLOTO, Claudimara. Do passado ao presente e a configuração da educação nos diferentes contextos históricos. In: **Simpósio de Educação e XIX Semana de Educação**, Cascavel: 2007. Disponível em:  
[www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/.../Trabalhos/PDF/17%20](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2007/.../Trabalhos/PDF/17%20)  
Acesso em: 15/09/2009

BRANDÃO, Zaia et al. **Evasão e repetência no Brasil: A escola em questão**. Rio de Janeiro: 1983, Achiame, 103p.

**DICIONÁRIO BRASILEIRO GLOBO**.48.ed.São Paulo: Globo, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A situação da Classe trabalhadora na Inglaterra**.Tradução de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. 2.ed. São Paulo: Global, 1985. 250 p.

ROMÃO José E. Educação de Jovens e Adultos: problemas e perspectivas. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO José E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 9.ed. São Paulo:Cortez,2007. (Guia da escola cidadã)

HADDAD, Sergio;DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação.**, mai-ago 2000.

HADDAD, Sérgio. **Tendências atuais na Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Em Aberto ano 11, nº 56, out/dez. 1992.

HIDALGO, Angela Maria. **De “educação para a responsabilização individual” para “educação e consciência de classe”**. In:ORSO,Paulino José.; GONÇALVES, S. Rodrigues; MATTOS, Valci Maria(orgs). Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão popular, 2008, p.125-138.

IRELAND. Timothy. **A EJA tem agora objetivos maiores que a alfabetização**. Nova Escola, São Paulo:jun/jul. 2009.Fala Mestre,p.36-40

LEITE, Ana Paula. **A articulação entre o mundo do trabalho e a educação de jovens e adultos: reflexões sobre a incorporação dos saberes de alunos trabalhadores à prática pedagógica**. [s.d]: [s.l] . Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t095.pdf)

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classe**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 19.ed. São Paulo: Cortez, 2001, 196p.

RIBEIRO, Vera Maria Massagão. **Educação de Jovens e Adultos: ensino fundamental proposta curricular 1º segmento**. São Paulo: 2001, (Ação Educativa, Brasília. MEC) 239p.

SANTOS, Geovânia Lucia. **Educação ainda que tardia: a exclusão da escola e a reinserção em um programa de EJA entre adultos das camadas populares**.**Revista Brasileira de Educação**, v.22, p.107-125, 2004. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/25](http://www.anped.org.br/reunioes/25) . Acesso em: 25/11/2008.

SCHULTZ, W. Theodore. **O capital humano**. Rio de Janeiro, 1973: Zahar Editores, (trad. Marco Aurélio de Moura Matos) p.131.

## ANEXOS